

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2012/2013**



**TII**

**A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA PORTUGAL**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA  
PORTUGAL**

**CTEN Nuno Manuel Gomes Sousa Rodrigues**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Pedrouços 2013



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

# **A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA PORTUGAL**

**CTEN Nuno Manuel Gomes Sousa Rodrigues**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Orientador: MAJ INF Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso

Pedrouços 2013

---



## Agradecimentos

Para a elaboração deste documento, considero ser de inteira justiça agradecer o apoio do meu orientador, Major Carlos Afonso, pela sua permanente disponibilidade, determinante clarividência e, sobretudo, extrema paciência, tendo as suas recomendações sido fundamentais para a obtenção do “estado final desejado”.

Agradeço igualmente, ao Sr. Coronel Luís Baptista e ao Prof. Dr. Armando Marques Guedes, pela disponibilidade demonstrada em me apoiar na realização desta tarefa.

Representando a entrega do presente trabalho, o culminar do desenvolvimento do Curso de Estado Maior-Conjunto, deixo aqui uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos camaradas que comigo frequentaram o curso, pelo excelente ambiente e espírito de amizade que o caracterizaram, nos últimos sete meses passados em conjunto.

Ao Diretor de Curso, CMG Valentim Rodrigues, pelo seu permanente empenho e apoio, neste percurso académico.

Por fim, dedico este trabalho ao verdadeiro pilar de sustentação do titânico esforço despendido na frequência do curso de Curso de Estado Maior-Conjunto, a minha família. A vós, Miguel e Paula, para quem, nos últimos sete meses, não pude ser o pai e marido que desejavam e mereciam, que sofreram em silêncio a minha “ausência”, e nunca deixaram de me apoiar, se deve o êxito desta minha caminhada. Obrigado, uma vez mais, pelo vosso amor incondicional.

*“As saudades que eu sinto do doce sabor  
do mar salgado”*

Rodrigues, CEM-C 12/13



## ÍNDICE

Introdução .....	1
1. Contextualização relativamente à defesa dos interesses nacionais .....	6
a. Conceito Estratégico de Defesa Nacional .....	6
b. Outros documentos relevantes.....	9
2. Estratégia política .....	11
a. Relações diplomáticas .....	11
(1) Evolução da Cooperação Portuguesa Para o Desenvolvimento na última década.....	12
(2) Análise das relações culturais vigentes .....	17
(3) Perspetivas futuras.....	20
b. Síntese conclusiva .....	20
3. Estratégia económica.....	23
a. Relações comerciais .....	23
(1) Evolução dos fluxos comerciais na última década.....	23
(2) Rotas comerciais marítimas .....	25
(3) Análise dos protocolos e acordos vigentes.....	26
(4) Perspetivas futuras.....	31
b. Recursos naturais.....	32
(1) Recursos energéticos .....	32
(a) Perspetivas futuras.....	33
(2) Outros recursos.....	35
(a) Perspetivas futuras.....	36
c. Síntese conclusiva .....	37
4. Estratégia militar .....	40
a. Cooperação na Defesa e Segurança Marítima no Atlântico Sul .....	40
(1) Importância da participação no desenvolvimento de esforços multilaterais para garantir a segurança no espaço do Atlântico Sul.....	41
(2) Perspetivas futuras.....	43
b. Partilha de capacidades e recursos .....	44
(1) Análise dos protocolos de cooperação em vigor.....	45
(2) Perspetivas futuras.....	45
c. Síntese conclusiva .....	46



Conclusões.....	49
Bibliografia.....	52

### ÍNDICE DE ANEXOS:

ANEXO A – Postos consulares portugueses nos países do Atlântico Sul .....	A-1
ANEXO B - Aspetos chave e elementos em que assenta o desenvolvimento de capacidades, na cooperação portuguesa .....	B-1
ANEXO C - Comércio internacional de mercadorias por países de destino ou origem, 2011 .....	C-1
ANEXO D – Protocolos com entidades internacionais na região sul Atlântica.....	D-1
ANEXO E - Importações de petróleo bruto no período entre 2000 e 2011 .....	E-1
ANEXO F - Importações de gás natural no período entre 2000 e 2011.....	F-1
ANEXO G - Projetos de Cooperação Técnico Militar com os Países Africanos de Língua Portuguesa do Atlântico Sul .....	G-1
ANEXO H - Programas de cooperação/atividades com países do espaço do Atlântico Sul (exceção-se os países da África subsariana) .....	H-1

### ÍNDICE DE APÊNDICES:

APÊNDICE A – <i>Links</i> da “World Wide Web”, para consulta da legislação apresentada...	Ap-A-1
---	--------

### ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura nº 1 – Países não PALOP, mais relevantes para a cooperação bilateral portuguesa.....	16
Figura nº 2 – Rotas comerciais marítimas .....	25



### **Resumo**

Indiscutivelmente, o panorama estratégico internacional tem vindo a sofrer profundas alterações, fruto de crises económicas alargadas a um elevado número de países, e de conflitos regionais, que condicionam os fluxos comerciais e energéticos de abastecimento global. A emergência de novas potências e a reorientação estratégica dos Estados Unidos da América, apresentam igualmente vincadas implicações nos equilíbrios regionais e globais.

Neste cenário, o Atlântico Sul, com os seus Estados ribeirinhos que, na sua maioria, revelam uma franca tendência de progresso, e onde existe uma forte implantação da lusofonia, corresponde à região aparentemente mais promissora para o desenvolvimento político e económico de Portugal, e onde despontam oportunidades, não só para a afirmação da sua presença e credibilidade no teatro internacional, através do estabelecimento de parcerias, alianças e de investimento recíproco, como também, para a sua contribuição para a promoção da paz e da segurança internacional.

Pretende-se com o presente trabalho analisar, no âmbito do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e dos interesses nacionais, a atuação da política externa nacional, nas vertentes política, militar e económica, e verificar as oportunidades futuras, que possam contribuir para a definição de uma estratégia nacional, que conduza determinantemente à projeção e afirmação externa de Portugal.



**Abstract**

*Incontestably, the strategic international view has been coming to suffer deep changes, in result of economical crises extended to a great number of countries, and due to regional conflicts, which restrain the commercial and energetic flows of global supply. The emergence of new countries as global powers and the strategic redirection of the United States of America, equally presents strong implications in regional and global balances.*

*In this scenery, the South Atlantic, with its neighboring States that, in his majority, reveal a tendency to progress, and where there is a strong implantation of the Portuguese language, it corresponds to the more promising region for the Portuguese political and economical development, as well as, for the affirmation of its presence and credibility in the international theater, through the establishment of partnerships, alliances, reciprocal investment and contribution in promoting peace and international security.*

*The present essay intendeds to analyze, in the Strategic Concept of National Defense context and in the defense of the national interests, the acting of the external national politics, in the political, military and economical points of view, as well as, to check the future opportunities, which could contribute to the definition of a national strategy, leading to the projection and affirmation of Portugal's international presence and credibility.*





## **Palavras-chave**

Atlântico Sul.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Cooperação bilateral.

Cooperação multilateral.

Cooperação Técnico-Militar.

Estratégia Nacional.



### **Lista de abreviaturas**

**BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

**CAD** - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

**CC** – Corpo de Conceitos

**CEDN** - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

**Cf.** – Conferir com.

**CIB** - Conferência Ibero-americana

**Cons. CC** – Consultar o Corpo de Conceitos

**CPD** – Cooperação Para o Desenvolvimento

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CTM** - Cooperação Técnico-Militar

**DR** - Diário da República

**EUA** - Estados Unidos da América

**FMUAN** - Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto

**GE** – Galp Energia

**IESM** - Instituto de Estudos Superiores Militares

**IBAS** – Índia, Brasil e África do Sul

**MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros

**NATO** - *North Atlantic Treaty Organization* / Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ODM** - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OPEP** - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PLP** - Países de Língua Portuguesa

**PD** - Pergunta Derivada

**RI** - Relações Internacionais

**UE** - União Europeia

**USAFRICOM** - *United States Africa Command*

**ZEE** - Zona Económica Exclusiva

**ZOPACAS** - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## **Corpo de Conceitos**

**Alvo Estratégico** – Elemento pertencente ao espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, sobre o qual, ao serem exercidas determinadas formas de coação, potenciam o aparecimento de Oportunidades Estratégicas (Cf. Couto, 1988, pp.328-30).

**Divisão da Estratégia** – Segundo Couto, um dos ramos da Estratégia, no que respeita às formas de coação, corresponde às Estratégias Gerais. Às Estratégias Gerais interessa, sobretudo, a conduta da ação. A cada forma de coação corresponderá uma Estratégia Geral. As Estratégias Gerais dividem-se em: Estratégia Militar, Estratégia Política, Estratégia Económica e Estratégia Psicológica (Couto, 1988, pp.227-30).

**Espaço estratégico de interesse nacional conjuntural** - Decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos. (CEDN - Resolução do Conselho de Ministros - I SÉRIE-B - N° 16 - 20 de Janeiro, 2003, p.284)

**Janela de oportunidade** - Interesses de dois ou mais intervenientes que, articulados em conjunto, concorrem para o aparecimento de oportunidades estratégicas (Cf. Couto, 1988, p.319).

**Oportunidades Estratégicas** - Cenários que, face à análise dos atores, interesses, meios, ameaças e vulnerabilidades, propiciam linhas de ação atrativas para a obtenção dos objetivos nacionais (Cf. Couto, 1988, pp.318-19).

**Offshore do Atlântico Sul** - Área marítima caracterizada pelos seus vastos recursos minerais e energéticos, pelas enormes reservas de hidrocarbonetos e pela rica biodiversidade marinha, cuja exploração é alvo de interesse, não só dos estados costeiros sul-americanos e africanos, como também, das grandes potências mundiais. (Oliveira, 2009, p.20)



### Introdução

Apesar de, atualmente, não ser considerado ainda como uma zona estratégica principal pelas grandes potências mundiais, o Atlântico Sul começa a ser alvo de interesse, nomeadamente por parte das grandes potências ocidentais. Não será por acaso que os Estados Unidos da América (EUA) criaram o “*United States Africa Command*” (USAFRICOM)<sup>1</sup>, com o objetivo de controlar as costas africanas do Atlântico, paralelamente ao já existente desde 1963, “*Southern Command*”, cujo raio de ação se estende até às costas atlânticas sul-americanas, tendo também, em 2009, reativado a “*Quarta Esquadra*”<sup>2</sup>. Constitui igualmente um facto de relevo, que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) tenha realizado exercícios conjuntos com Cabo Verde, nas águas que dividem os Atlânticos Norte e Sul, denotando-se uma gradual aproximação à área do Atlântico Sul (Matos, 2010). Também o Reino Unido pretende manter a sua posição hegemónica sobre as Malvinas, sabendo que esta posse territorial fornece uma posição estratégica no Atlântico Sul, o que possibilitará o acesso às riquezas das suas plataformas continentais, podendo vir a beneficiar de direitos territoriais no continente Antártico, devido à localização adjacente do Arquipélago.

De acordo com Rodrigues (2002), torna-se assim evidente uma cada vez maior importância do Atlântico Sul no palco do teatro global, verificando-se, nos dias de hoje, factos que potenciam inequivocamente esta realidade, nomeadamente:

- O peso do Atlântico Sul na produção do crude mundial é de 8,5%, superior ao Mar do Norte europeu;
- Tanto a Nigéria como o Brasil estão na segunda linha dos países com maior produção mundial de petróleo;
- A Nigéria é o 7º país exportador mundial de petróleo, ao nível do Iraque e dos Emirados Árabes Unidos. Encontra-se igualmente entre os 15 principais países com reservas provadas no mundo. É um dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);

---

<sup>1</sup> O USAFRICOM foi fundado em 30 de setembro de 2008, com sede em Estugarda, Alemanha (nenhum país africano quer sediar esta estrutura). Seus principais objetivos passam por controlar recursos estratégicos, principalmente petróleo, gás e urânio, e tentativamente neutralizar as crescentes relações económico-culturais chinesas no continente.

<sup>2</sup> A Quarta Esquadra dos Estados Unidos (U.S. 4th Fleet) é uma divisão da Marinha dos Estados Unidos da América responsável por operações no Atlântico Sul e América Central.



- O espaço do Atlântico Sul assume importância como plataforma *offshore* (Cons. CC) e como corredor alternativo de fornecimento, no caso de estrangulamentos no Golfo Pérsico, no Mediterrâneo, no Estreito de Bósforo e no Mar das Caraíbas;
- Os países petrolíferos da África Ocidental são basicamente exportadores: Nigéria exporta 87%, Angola 95%, Gabão 94%, Camarões 65%. O principal cliente são os EUA: 44% da exportação nigeriana, 44% da exportação angolana, 50% da exportação do Gabão;
- O Brasil, apesar de estar entre os 20 principais produtores mundiais, é um importador líquido - consome 2,2 milhões de barris diários e produz apenas 1,6 milhões. É um dos países que sente uma enorme necessidade em desenvolver uma estratégia de posicionamento nos espaços petrolíferos do Sul;
- O Atlântico Sul é o mar aberto com uma atividade petrolífera *offshore* claramente emergente. As bacias brasileiras de Campos e Santos, os *offshore* de Cabinda e Angola e do Golfo da Guiné estão em destaque;
- As ilhas estratégicas espalhadas pelo Atlântico Sul, desde Cabo Verde até às ilhas sob administração inglesa que fecham a sul, voltaram a readquirir importância geoestratégica.

O Atlântico Sul, no passado e no imaginário nacional, já foi tido como um “mar português”. Nos séculos XIV e XV, ao largo da respetiva margem africana, o Atlântico Sul foi a rota da progressiva aproximação ao Extremo Oriente (Correia, 1998). A descoberta do caminho marítimo para a Índia, apesar de representar um aumento em distância, diminuiu os custos de comércio, e, o Atlântico Sul ganhou enorme importância, possibilitando o acesso direto de Portugal ao comércio das especiarias (Matos, 2010). Após a descoberta do Brasil, o espaço comercial do Atlântico Sul alargou-se a toda a sua dimensão, tendo sido palco de intenso tráfego de navios, percorrendo as rotas do triângulo Portugal - África Ocidental - Brasil, tendo tido como apogeu o tráfego inerente ao comércio de escravos entre a costa africana e o continente americano. A posterior expansão colonial espanhola na América Central e do Sul e a ascensão de França, Holanda e Inglaterra, como potências marítimas com extensos impérios coloniais a nível planetário, com grande implantação em África e nos mares do sul, retirou a Portugal o domínio do Atlântico. No entanto, nenhuma das referidas potências esteve tão fortemente implantada nas suas margens como Portugal (Correia, 1998).



Na realidade, o Atlântico Sul corresponde a um vasto espaço onde não existem passagens estreitas ou pontos de estrangulamento (*chokepoints*), e por onde circula a grande quantidade de petróleo vinda do Médio Oriente, com destino à América do Norte, Europa e América do Sul. Também da costa ocidental de África circula petróleo, não só para os destinos atrás referidos, como para a Ásia. Igualmente, o tráfego de matérias-primas, como carvão, ferro e bauxite e de produtos agrícolas, como açúcar e cereais, é significativo no Atlântico Sul (Matos, 2010).

Para além da enorme importância para o comércio, devido aos seus corredores marítimos, no Atlântico Sul proliferam riquezas de relevo: o pescado e os recursos animais e minerais existentes nas suas vastas plataformas continentais. Outra das utilizações das águas oceânicas corresponde à produção de energia, usando os efeitos das marés, ou das ondas ou mesmo as diferenças de temperatura das águas à superfície e em profundidade, para gerar eletricidade (Matos, 2010).

Findo o período colonial, Portugal não deixou de considerar o Atlântico Sul como uma zona de interesse, não como área de soberania, mas como zona de múltiplas oportunidades de cooperação. É nesta nova realidade que Portugal perde o estatuto de entidade com legitimidade para estabelecer regras de convivência, passando a desempenhar o papel de parceiro entre países com iguais direitos na disputa de vantagens nas relações multilaterais. O Atlântico Sul deixou de ser um mar português, continuando no entanto e em grande parte, a ser um mar lusófono (Correia, 1998).

Como se verificará adiante, nos últimos anos, a importância do Atlântico Sul para as relações políticas e económicas externas de Portugal sofreu um significativo incremento. Este facto advém do aumento de poder e valor estratégico da América Latina, em especial do Brasil, e do continente africano. Em termos económicos, a América Latina corresponde, no teatro global, a uma das regiões que maior taxa de crescimento tem demonstrado, com o Brasil em pleno destaque perseguindo o estatuto de potência mundial. África por sua vez, demonstra possuir um elevado potencial de crescimento tanto estratégico, como económico, prevendo-se que a sua materialização seja uma realidade no decorrer das próximas décadas. Os laços históricos e culturais entre Portugal e estas regiões são fatores, por si só, suficientes para que o Atlântico Sul deva constituir uma prioridade nacional, devendo a sua área, com toda a abrangência que lhe está associada, ser considerada de interesse estratégico para Portugal (Almeida, 2010).



O presente estudo tem como objetivo, determinar de que forma e em que áreas poderá Portugal, através de relações e acordos bilaterais e/ou multilaterais, retirar proveitos dos espaços marítimos e de eventuais parceiros estatais dos países circundantes à zona abrangida pelo Atlântico Sul<sup>3</sup>.

O objeto de estudo corresponde ao Atlântico Sul, na perspetiva da importância que tem para Portugal. Neste sentido, o Atlântico Sul será delimitado por um espaço geopolítico, considerado como área de interesse para o presente trabalho: a norte pelo Trópico de Câncer, a este pelo meridiano que passa pelo Cabo da Boa Esperança (18° 28' 19" E) e a oeste por uma linha imaginária com início no Cabo Horn (67° 16' 18" W) e término na interseção com o Trópico de Câncer na longitude dos 60°W. Exclui-se desta forma a zona do Mar das Caraíbas, por não ser considerada de especial relevância para os objetivos propostos.

Pretende-se analisar as oportunidades emergentes, de atuação no espaço envolvente do Atlântico Sul, para favorecer o desenvolvimento de Portugal, identificando um conjunto de ações decorrentes da aplicação de três das quatro estratégias gerais que concorrem para a defesa dos interesses nacionais: Política, Militar e Económica (Cons. CC). As ações decorrentes da aplicação de uma estratégia geral psicológica não serão abordadas no presente estudo, por esta ser uma vertente cuja aplicação resulta, em larga medida, das opções adotadas no âmbito da aplicação das três restantes estratégias gerais. Assim, na sequência dos resultados obtidos através do estudo presentemente proposto, poder-se-ão posteriormente delinear ações no âmbito da estratégia psicológica que concorram para os objetivos e interesses identificados.

O objetivo geral da investigação proposta, consiste na verificação da existência de oportunidades estratégicas (Cons. CC) ou, por outras palavras, pela análise previsional ou prospetiva conducente à visualização de imagens de “possíveis futuros”, através da conjugação dos parâmetros ou dados caracterizadores da situação atual com os fatores de evolução (Couto, 1988, p.318), nas vertentes política, militar e económica, no espaço compreendido como Atlântico Sul, que permitam a projeção de Portugal e conduzam a um aumento da sua influência naquela zona do globo, retirando dividendos que concorram para o seu desenvolvimento. Com este intuito, pretende-se identificar janelas de

---

<sup>3</sup> Objetivo de partida que, conjuntamente com o tema, foi inicialmente proposto para a elaboração do presente trabalho.



oportunidade (Cons. CC), que decorrerão da perceção de potenciais oportunidades, ameaças, obstáculos ou dificuldades, de ordem externa, à prossecução dos objetivos estabelecidos (Couto, 1988, p.319).

Para o desenvolvimento do presente Trabalho de Investigação, foi adotada a seguinte questão central: Em que medida o Atlântico Sul é importante para Portugal? Para atingir a resposta a esta questão, foram adotadas três perguntas derivadas (PD):

PD1 - De que forma pode Portugal beneficiar de uma política externa diplomática ativa na zona do Atlântico Sul?

PD2 - De que forma pode Portugal beneficiar de uma política externa ativa de cooperação económica na zona do Atlântico Sul?

PD3 - De que forma pode Portugal beneficiar de uma política externa ativa de cooperação militar na zona do Atlântico Sul?

Para responder às questões propostas, efetuar-se-á um trabalho de investigação, baseado nas linhas orientadoras do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), centrado nas dimensões política, militar e económica, tendo como objetivo final a identificação de formas, meios e parcerias que possibilitem a projeção externa de Portugal e um aumento da sua influência na zona do Atlântico Sul. Pretende-se, dentro do possível, utilizar o “método geopolítico alargado”, utilizando na análise algumas das ferramentas de base, como o papel da posição, espaço, clima, recursos e demografia, contribuindo para a compreensão das relações de poder existentes ou que possam vir a ser desenvolvidas nas áreas de interesse (Nogueira, p.27).

O presente trabalho será organizado e estruturado numa introdução, um primeiro capítulo onde se contextualiza o tema a desenvolver, no âmbito do CEDN e dos interesses nacionais, três capítulos, nos quais serão abordadas, individualmente, as vertentes política, militar e económica, centradas na última década (por corresponder ao período de vigência do CEDN de 2003) onde cada um responderá a uma pergunta derivada e, por fim, as conclusões, onde se pretende efetuar uma síntese e dar resposta à questão central.

O método de referenciação da documentação consultada e considerada relevante para a elaboração deste trabalho, corresponde ao “*Harvard-Anglia*”. No Apêndice A, encontra-se uma tabela contendo os *Links* da “*World Wide Web*”, para consulta da legislação apresentada ao longo do documento.





### **1. Contextualização relativamente à defesa dos interesses nacionais**

Ao longo da última década, foram verificadas profundas alterações no panorama estratégico global, assim como, nos cenários que envolvem a área das Relações Internacionais (RI) e condicionam a articulação entre os Estados, fruto do aparecimento de novas e importantes variáveis que alteraram o rumo da estratégia internacional. Entre estas condicionantes, destacam-se: a crise económico-financeira, com forte impacto na UE, criando uma enorme incerteza em relação ao seu futuro; a emergência de Estados como novas grandes potências; a reorientação estratégica dos EUA, com evidentes implicações no campo da segurança internacional, alterando profundamente os equilíbrios regionais existentes no teatro global; a alteração das responsabilidades de Portugal, no que respeita à sua contribuição para a garantia da segurança internacional, em face ao novo Conceito Estratégico da NATO e ao novo Tratado da UE (Tratado de Lisboa) (Governo de Portugal, 2013, p.6).

Torna-se assim fundamental ter presente que, os interesses de Portugal passam pela afirmação da sua presença no mundo, consolidação da sua integração numa sólida rede de alianças, defesa da afirmação e credibilidade externa do Estado, valorização das comunidades portuguesas e, por último, pela promoção da paz e da segurança internacional. Neste âmbito, despontam prioridades e consequentes linhas de ação, destacando-se a importância da UE e da NATO, para a segurança e defesa, e para a modernização e prosperidade da nação, tornando-se imperativo o reforço da parceria estratégica com estas organizações, o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o aprofundamento das já existentes, ou a criação de novas parcerias estratégicas bilaterais (Governo de Portugal, 2013, p.8).

#### **a. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**

Durante a elaboração do presente trabalho, ocorreu a promulgação do novo CEDN, facto que permitiu enriquecer bastante o seu conteúdo, uma vez que, possibilitou não só, o estudo e análise do desenvolvimento da política externa nacional ao longo da última década, face às estratégias delineadas no CEDN de 2003, como também, através do CEDN de 2013, obter uma perceção para os anos vindouros, dos aspetos fundamentais da estratégia global de Portugal, na obtenção dos seus objetivos de defesa dos valores fundamentais e dos interesses nacionais definidos na Constituição da República Portuguesa



e na Lei de defesa Nacional. Não se pretende fazer uma análise comparativa aos conteúdos dos referidos documentos, apenas contextualizar, à luz das diretrizes ali emanadas, as linhas de ação adotadas por Portugal na última década, assim como, as estratégias que possam vir a ser adotadas no futuro.

Do CEDN de 2003, retira-se que, ao longo da última década, as áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural (Cons. CC) foram as seguintes (CEDN - Resolução do Conselho de Ministros - I SÉRIE-B - N.º 16 - 20 de Janeiro, 2003, p.284):

- O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os EUA;
- O relacionamento com os Estados limítrofes;
- O Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo;
- O Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil;
- A África lusófona e Timor Leste;
- Os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses;
- Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau;
- Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.

Torna-se notório, entre as áreas descritas, o relevo dado ao Atlântico Sul, com especial destaque para o Brasil, assim como, para a África lusófona, concretamente os seus países da costa ocidental, que se constituem como vertentes de elevada importância para a política de defesa nacional, sendo vetores integrantes do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural.

O novo CEDN, recentemente aprovado (Diário da República, 1ª série, N.º 67 de 5 de abril de 2013), reforça a prossecução dos valores e interesses de Portugal, destacando o recurso aos seguintes elementos essenciais (Governo de Portugal, 2013, pp.8-9):

- Diplomacia, para o desenvolvimento da estratégia nacional no contexto internacional, contribuindo para a afirmação internacional e para a recuperação económica, através da promoção de trocas comerciais e captação de investimento externo;



- Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança e elementos da Diplomacia e da Justiça, para consolidar o estatuto de coprodutor de segurança internacional e projetar, para o exterior, o prestígio internacional;
- Promoção da prosperidade, desenvolvendo capacidades e reduzindo vulnerabilidades e dependências, incidindo estrategicamente nas dimensões financeira, energética, alimentar, demográfica, científica e tecnológica;
- Restauração da estabilidade financeira e do crescimento económico, apostando nos setores ligados à produção de bens transacionáveis e à exportação, incrementando níveis mais eficientes de produção e consumo, tanto energéticos, como alimentares, desenvolvendo estratégias para uma melhor exploração dos recursos minerais e marítimos e aplicar novas e eficazes políticas industriais e agrícolas;
- Inteligência estratégica, valorizando o potencial estratégico do país e privilegiando a qualidade das informações estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão, reforçando a capacidade de ação estratégica.

A área atlântica constitui-se como um relevante espaço de interesse estratégico. Nela, encontra-se concentrada a grande maioria dos países de língua portuguesa, partilhando com Portugal, não só um passado em comum, mas também fortes relações culturais, económicas e sociais, de extrema importância simbólica e posicionando-os como parceiros no progresso e desenvolvimento. É assim, do interesse nacional, reforçar a unidade estratégica do Atlântico e contribuir para a segurança, desenvolvimento e importância internacional desta região (Governo de Portugal, 2013, p.20).

Com a democratização da América Latina e a emergência de novas potências, passaram a existir condições para uma nova identidade do Atlântico, caracterizada pela sua estabilidade e homogeneidade, justificando o aparecimento de uma nova comunidade transatlântica, que garanta a segurança das linhas de comunicação marítimas, das reservas energéticas e matérias-primas, cuja importância vir-se-á a consolidar, com o desenvolvimento da futura economia do mar (Governo de Portugal, 2013, p.20).



### **b. Outros documentos relevantes**

Estudo elaborado pelo Instituto da Defesa Nacional, a pedido do Ministro da Defesa Nacional: “A Defesa Nacional no Contexto da Reforma das Funções de Soberania do Estado” (25 de janeiro de 2013).

Para o futuro, torna-se indispensável perceber a dimensão do impacto do processo de revisão da estratégia dos EUA, que contempla a transferência da importância, até à data, atribuída à área atlântica, para as zonas do Pacífico e do Índico, com a inerente transferência dos respetivos meios militares para estas áreas do globo. Os efeitos desta tendência far-se-ão sentir, indubitavelmente, em Portugal, nomeadamente, com a redução significativa da presença militar norte-americana na base das Lajes. Neste âmbito, Portugal terá de agir obrigatoriamente com uma estratégia ampla e proactiva de defesa para o seu espaço territorial, assumindo a relevância e a importância estratégica que o Atlântico passará a ter, qualquer que seja a evolução verificada no cenário Ásia-Pacífico (Instituto de Defesa Nacional, 2013, p.53).

O Atlântico, apesar de corresponder a uma área mais pacificada e democratizada, não é isento de ameaças e incertezas. Este espaço continuará a representar o elo mais importante de ligação entre as duas economias mais desenvolvidas, que são os EUA e a Europa. Com o alargamento do canal do Panamá, torna-se previsível o aumento do fluxo marítimo nas ligações entre os continentes europeu e africano com o asiático, promovendo o desenvolvimento das economias emergentes localizadas nas margens atlânticas, que dispõem de importantes fontes de recursos naturais, destacando-se neste grupo, o Brasil, a Angola e a África do Sul. (Instituto de Defesa Nacional, 2013, pp.53-54).

Na região atlântica coexistem estados frágeis, caracterizados por desigualdades e conflitos sociais, corrupção, conflitos armados e guerras internas, onde proliferam poderosos e organizados grupos criminosos, dedicados ao tráfico por via marítima, alguns dos quais associados a grupos terroristas radicais, tornando-se previsível um aumento exponencial da pirataria nas águas do Atlântico (Instituto de Defesa Nacional, 2013, p.54).

Todos estes factos devem contribuir para uma cuidada avaliação, por parte de Portugal, não só das futuras ameaças que poderão emergir no espaço Atlântico, mas fundamentalmente, das vastas potencialidades e inúmeras oportunidades que dali poderão surgir e contribuir para o seu desenvolvimento. Qualquer análise estratégica de defesa de Portugal, terá necessariamente de considerar o espaço atlântico, como o principal fator



geopolítico de partida, que aliado à extensão da sua plataforma continental, ter-se-á de traduzir inevitavelmente, numa aposta estratégica, forte e coerente no Atlântico e em todas as oportunidades que dele emergem (Instituto de Defesa Nacional, 2013, p.54).



## **2. Estratégia política**

No início do século XXI, a localização geoestratégica portuguesa, no centro da comunidade transatlântica, tem tendência a assumir uma cada vez maior relevância no contexto das RI. Este facto, conjugado com a importância de pertencer a organizações como a UE, a NATO e a CPLP, entre outras, torna expetável e desejável, que Portugal se transforme no elemento privilegiado e dinamizador das relações envolvendo os Estados da Europa Ocidental, da América do Norte, da América do Sul e da África Austral (Instituto de Defesa Nacional, 2013, p.21).

Os objetivos da política externa portuguesa, resultantes da estratégia adotada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), envolvem quatro vertentes principais: promoção da ajuda ao desenvolvimento, incremento das relações económicas externas com regiões menos desenvolvidas, reforço do relacionamento político e diplomático, sobretudo no espaço da CPLP, e a valorização da cultura e da língua portuguesa no mundo (IPAD, 2011, p.11).

### **a. Relações diplomáticas**

A abertura de um considerável número de embaixadas de variadíssimos países, no território nacional, desde 2006, indicia um reconhecimento internacional da importância relativa de Portugal, no contexto diplomático internacional. Albânia, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Malta, Moldávia, Senegal, Koweit, Qatar, Geórgia, República da Guiné, Equador e a Guiné Equatorial, correspondem a Estados que desenvolveram, nos anos mais recentes, diligências no sentido de implementar embaixadas ou consulados em Portugal. Verifica-se desta forma, um claro entendimento de que, a conjuntura internacional atual, obriga à dinamização de relações externas entre países, aumentando a rede diplomática global, sendo neste processo evidente, a relevância portuguesa nesta teia relacional (Cravinho, 2012, p.163).

No Anexo A, é apresentada uma tabela ilustrando a presença de Portugal nos países do Atlântico Sul, através da implantação de Postos Consulares nos respetivos territórios.



### **(1) Evolução da Cooperação Portuguesa Para o Desenvolvimento na última década**

Os objetivos de Portugal, no âmbito da Cooperação Para o Desenvolvimento (CPD), consistem no desenvolvimento de dinâmicas de integração, nas vertentes política, económica e cultural, no espaço geopolítico onde está inserido, na estruturação de sustentadas relações externas com os países e com as comunidades de língua portuguesa, espalhados pelo mundo, e na criação de laços de aproximação e entendimento com outros Estados. A CPD corresponde a um importantíssimo vetor da política externa nacional, com enorme valor estratégico, correspondendo a um elemento de diferenciação e afirmação da identidade do país, valorizando-a no teatro global (IPAD, 2011a, pp.29-30).

Os principais alvos estratégicos (Cons. CC) de Portugal para a Cooperação, têm alterado com o passar dos anos. Apesar de um enfoque permanente, na prioridade atribuída aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Timor-Leste, tem existido igualmente um esforço de diversificação de ações de cooperação um pouco por todo o globo, em especial, com outros Estados pertencentes a organizações regionais africanas, alguns dos quais, da orla marítima do Atlântico Sul, nomeadamente: Benim, Congo, Namíbia, Senegal, África do Sul (IPAD, 2011a, pp.31-32). No que respeita à comunidade internacional, a estratégia portuguesa, passa por desenvolver a sua ação nos países da África Subsaariana, Magrebe, em algumas regiões do Continente Asiático e na América Latina, com destaque para o Brasil, que sempre manifestou interesse no desenvolvimento da cooperação com Portugal, nas áreas económica, política e cultural. (IPAD, 2011a, p.36).

As diretrizes de atuação da Cooperação portuguesa têm-se desenvolvido, principalmente, segundo as seguintes orientações (IPAD, 2011a, p.49):

- Empenho na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)<sup>4</sup>;
- Reforço da segurança humana, em particular em Estados em situação de fragilidade;
- Apoio à lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação;

---

<sup>4</sup> Objetivos de Desenvolvimento do Milénio - Correspondem a um conjunto de objetivos específicos, que os Estados Membros das Nações Unidas se comprometeram a atingir até 2015, que são: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade do género e capacitar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (IPAD, 2013).



- Apoio ao desenvolvimento económico, numa ótica de sustentabilidade económica, social e ambiental;
- Envolvimento mais ativo nos debates internacionais, em apoio ao princípio da convergência internacional, em torno de objetivos comuns.

No Anexo B, é apresentada uma tabela ilustrando os aspetos chave e elementos em que assenta o desenvolvimento de capacidades na cooperação portuguesa (IPAD, 2010).

No que respeita à cooperação bilateral com países do Atlântico Sul, este relacionamento abrange, atualmente, os seguintes Estados:

### **Angola**

A nível estratégico tem existido uma linha de continuidade nos programas de cooperação, que se desenvolvem, essencialmente, nas áreas da formação de recursos humanos e assistência técnica, indo ao encontro das necessidades e prioridades angolanas. Existe atualmente uma aposta em duas novas áreas de intervenção: “Capacitação Científica e Tecnológica” e “Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial”. Conforme o último Programa Indicativo assinado com Angola (2007 a 2010), desenvolveram-se programas nas seguintes vertentes: capacidade institucional do Ministério das Finanças, assistência técnica ao Ministério do Planeamento de Angola, reforma do Sistema Nacional de Arquivos, desenvolvimento do Centro de Ensino à Distância, apoio ao reforço do Ensino Secundário (ainda em execução), cooperação com a Universidade Agostinho Neto em diversos ramos da Ciência, reforço institucional e de capacitação de recursos de saúde no combate às endemias (ainda em execução) e programas de formação de técnicos altamente especializados em Investigação Agronómica e de apoio à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário (ainda em execução) (Instituto Camões, 2013a).

Os atuais projetos em desenvolvimento são: “Projeto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural”; “Projeto de Apoio à Criação de um Centro de Investigação em Saúde em Angola”; “Programa de Apoio à Formação Avançada de Quadros do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da República de Angola”; “Programa Estruturante de Qualidade e Excelência da Educação Médica na Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto (FMUAN): Vetor da Promoção da Saúde das Populações em Angola”; “Programa Cooperação no Setor da Justiça”; “Programa de Cooperação para o Reforço das Capacidades Institucionais do Setor da





Saúde em Angola”; “Projeto Geologia e Recursos Geológicos do Sudoeste de Angola”; “Projeto de Cooperação Técnico-Policial com a República de Angola”; “Projeto INOVISA – Polo de Tecnologias e Empresas da Universidade Agostinho Neto”; “Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário – Saber Mais” (Instituto Camões, 2013a).

### **Cabo Verde**

Portugal tem sido um dos mais importantes parceiros de cooperação de Cabo Verde, desempenhando um papel extremamente ativo no apoio à adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC), à graduação de Cabo Verde no Grupo dos Países Menos Avançados, e em todo o processo relativo à concretização da Parceria Especial com a União Europeia, quer no âmbito diplomático, como no apoio por via de assistências técnicas especializadas. O programa de cooperação em vigor (agosto/2012), incide fundamentalmente em dois eixos estratégicos; “Boa Governação, Participação e Democracia”, e “Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza”, dando origem a várias áreas de intervenção, nomeadamente: “Capacitação Institucional - Governo e Sociedade Civil”, “Segurança e Desenvolvimento”, “Educação e Serviços Sociais Básicos”, “Capacitação Científica e Tecnológica”, “Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial” e “Programa Geral de Assistência/Ajuda Sob a forma de Produtos” (Instituto Camões, 2013b).

Os atuais projetos em desenvolvimento são: “Apoio à Universidade de Cabo Verde”; “Apoio ao Ensino Secundário em Cabo Verde”; “Programa de Apoio ao Setor da Justiça”; “Assistência ao Sistema Nacional de Cadastro”; “Assistência Técnica no Domínio do Ensino Superior”; “Cluster de Cooperação do Atlântico”; “Campo – Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem”; “Centro de Emprego e Formação Profissional do Fogo/Brava”; “Centro de Hemodiálise”; “Cooperação Técnico-policial”. Existem vários outros projetos de recuperação de propriedades agrícolas, requalificação de zonas ribeirinhas e no âmbito da cultura e do reforço do nível de ensino superior (Instituto Camões, 2013b).

### **Guiné-Bissau**

Devido ao golpe de estado ocorrido em 12 de abril de 2012, o “Programa Indicativo de Cooperação Portugal - Guiné-Bissau para o período 2011-2013” ainda não se encontra assinado. Desde essa data, a cooperação portuguesa tem sido reduzida e circunscrita ao



apoio direto às populações. Os projetos que se encontravam em desenvolvimento eram: “Acesso e Qualidade da Educação Básica”, em parceria com a UNICEF<sup>5</sup>; “Apoio ao Hospital Nacional Simão Mendes”; “Djunta Mon - Ensino de Qualidade em Português”; “Curso de Gestão para Diretores Clínicos”; “Programa de Apoio ao Setor da Justiça”; “Programa de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau II”; “Programa de Cooperação Técnico-Policial”; “Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Agrícola da Guiné-Bissau”; “Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional nas Regiões da Guiné-Bissau”; “Reforço de Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência (CONU) nas Regiões de Oio, Gabú e Bafatá”; “Projeto de valorização da Apicultura nas Regiões de Bafatá e Gabú” (Instituto Camões, 2013c).

### **São Tomé e Príncipe**

Tradicionalmente, Portugal é o país que mais contribui para o seu desenvolvimento, sendo igualmente um dos principais parceiros em investimento direto estrangeiro. O investimento privado português tem vindo a assumir particular relevância nos setores do turismo e da construção, para além das participações nas áreas das telecomunicações e dos transportes (Instituto Camões, 2013d).

Os atuais projetos em desenvolvimento são: “Apoio ao Instituto Diocesano de Formação (IDF) – Desafiar a Criatividade para uma Escola do Futuro”; “Candidatura da Ilha do Príncipe a Reserva da Biosfera do Programa MAB da UNESCO”; “ESCOLA+ Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe”; “Programa de Cooperação Técnico-Policial”; “Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos de São Tomé”; “Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar”; dois projetos “Saúde para Todos”, um deles dirigido à prestação de cuidados médicos especializados, tendo o outro por objetivo, garantir a qualidade na prestação universal e na gestão de um conjunto integrado de cuidados de saúde (Instituto Camões, 2013d).

Para além de uma grande incidência da cooperação nos PALOP, Portugal desenvolve igualmente, na área do Atlântico Sul, ações em países com os quais mantém relações históricas e culturais relevantes, como são o caso do Brasil, África do Sul e Senegal. A figura 1, representa os países não PALOP mais relevantes para a cooperação bilateral portuguesa no período entre 2009 e 2011, onde o Brasil aparece destacado, sendo o único país da área do Atlântico Sul entre estes (Instituto Camões, 2013).

---

<sup>5</sup> *United Nations Children's Fund*



No que respeita à estratégia de cooperação multilateral portuguesa, um dos principais objetivos, abrange o reforço da presença e capacidade de influência nacional, em relação ao funcionamento, eficácia e políticas assumidas pelas organizações multilaterais, atingindo esse desiderato, através de um incremento de eficácia da cooperação multilateral portuguesa sobre os países parceiros da cooperação (IPAD, p.12).



Figura 1.

Fonte: Instituto Camões

Através de mecanismos de cooperação multilateral, Portugal integra organizações internacionais, participando de uma forma ativa, no estabelecimento e implementação das iniciativas ali definidas, contribuindo para diversas agências e programas internacionais, sendo esta a forma de melhor rentabilizar as suas cooperações bilaterais e de intervir em muitos países e setores, que não se encontram incluídos na cooperação bilateral (IPAD, 2011a, pp.226-27).

A cooperação portuguesa multilateral, deve seguir as seguintes diretrizes: dedicar especial atenção a África, Países Menos Avançados e Estados frágeis; apoiar a estabilização e a transição para o desenvolvimento; alinhar e harmonizar as estratégias com os ODM; reforçar o espaço lusófono. Os espaços multilaterais prioritários para Portugal são: UE, CPLP, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)/Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), Instituições Financeiras Internacionais e Bancos Regionais de Desenvolvimento, Conferência Ibero-americana (CIB) e Organizações regionais africanas (IPAD, p.6).

Portugal participa ativamente em Comunidades cuja natureza é profundamente política e geoestratégica, como são o caso da CPLP e da CIB, onde os objetivos são de natureza político-diplomática, estando a cooperação portuguesa, sustentada em princípios de eficácia da ajuda, procurando alcançar os seguintes objetivos: desenvolvimento económico e social, atingir os ODM, assim como, obter a coesão social (IPAD, p.10).



## **(2) Análise das relações culturais vigentes**

Encontram-se implantados centros culturais<sup>6</sup> portugueses, nos seguintes países da orla do Atlântico Sul: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe.

São vários os acordos em vigor, nos domínios da cultura, educação, ensino superior, juventude, desporto e comunicação social, celebrados entre a República Portuguesa e países do Atlântico Sul:

### **Angola**

Acordo Geral de Cooperação (fevereiro/1979), tendo por principal objetivo, a celebração de um acordo, visando o intercâmbio cultural e científico, e a valorização da língua portuguesa no âmbito das RI. Acordo Cultural (dezembro/1979), com o objetivo de desenvolver atividades culturais. Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros (abril/1991), com o intuito de promover, incentivar e desenvolver, em regime de reciprocidade, ações de cooperação, nos domínios da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros. Acordo de Cooperação nos Domínios Sociocultural, Científico e Tecnológico (março/1992), com o objetivo de promover, estimular e desenvolver, em regime de reciprocidade, ações de cooperação, nos domínios sociocultural, científico e tecnológico.

### **Argentina**

Acordo Cultural (outubro/1981), tendo por objetivo, estimular a cooperação entre as instituições culturais, educativas, científicas, artísticas e desportivas, de ambos os países.

### **Benim**

Acordo Cultural e Científico (abril/1985), com o objetivo de facilitar e encorajar a colaboração entre os dois países, nos domínios da educação, ciência, técnica, cultura, comunicação social, juventude e desportos.

### **Brasil**

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (dezembro/2000), visando o desenvolvimento económico, social e cultural, dos dois Estados.

---

<sup>6</sup> Unidades dotadas de autonomia administrativa, que têm por missão difundir a Língua e a Cultura portuguesa.



### **Cabo Verde**

Acordo Geral de Cooperação e Amizade (janeiro/1976), com o objetivo de celebrar acordos bilaterais de cooperação ativa em todos os domínios. Acordo de Cooperação Científica e Técnica (fevereiro/1976), com vista ao desenvolvimento científico, tecnológico, económico, cultural e social, de Cabo Verde. Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional (março/1977), visando a concessão, a cidadãos cabo-verdianos, de bolsas de estudo e, consequentemente, o acesso aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional. Acordo Cultural (abril/1977), com o objetivo de incentivar o intercâmbio cultural, artístico e científico, assim como, a difusão da língua comum entre os dois Estados. Na sequência deste último documento, foi estabelecido o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural (maio/1979). Protocolo Adicional ao Acordo Cultural no Domínio das Novas Tecnologias de Informação (setembro/1997), tendo por objetivo a dinamização de ações de cooperação no âmbito da lusofonia, fazendo uso das novas tecnologias. Protocolo Adicional ao Acordo Cultural na Área do Património Arquitetónico e Recuperação do Património Histórico (outubro/1997), visando a recuperação do património cabo-verdiano.

### **Congo**

Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica (novembro/1984), visando a promoção e o desenvolvimento, entre os dois países, de uma cooperação nos domínios da educação, cultura, artes, ciência, e da técnica.

### **Costa do Marfim**

Acordo Cultural (novembro/1984), visando a colaboração recíproca nos domínios da educação, ciência, técnica, cultura, comunicação social, juventude e desportos.

### **Gabão**

Acordo Quadro de Cooperação (agosto/2001), visando promover a cooperação entre os dois países, nas vertentes económica, comercial, cultural, científica e técnica.

### **Guiné Bissau**

Acordo Geral de Cooperação e Amizade (janeiro/1976), visando estabelecer e desenvolver, relações de amizade e cooperação, entre os dois Estados, nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico. Acordo de Cooperação Científica e Técnica



(janeiro/1976), visando o desenvolvimento científico, tecnológico, económico, cultural e social, da Guiné Bissau. Na sequência deste último documento, foram aprovados, o Protocolo Adicional n.º 2 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica (agosto/1984), por forma a prever a cooperação no âmbito das Forças Armadas, e o Protocolo Adicional n.º 3 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica (janeiro/1991), regulando a contratação de cooperantes. Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional (abril/1978), visando a concessão, a cidadãos da Guiné Bissau, de bolsas de estudo e, consequentemente, o acesso aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional. Acordo Cultural (dezembro/1979), tendo por objetivo, incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo, assim como, a difusão da língua portuguesa. Na sequência deste último documento, e de forma a desenvolver, mais amplamente, as suas potencialidades, foi estabelecido o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural (dezembro/1980).

### **Mauritânia**

Acordo Quadro de Cooperação (agosto/1999), tendo por objetivo, a promoção das relações culturais, científicas, técnicas, económicas e comerciais, entre os dois países.

### **Nigéria**

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (maio/1991), visando promover e encorajar a cooperação, nas áreas da cultura, educação, juventude, desporto e informação. Acordo de Cooperação nas áreas da educação, ciência, tecnologia, ensino superior, cultura, juventude, desporto, comunicação social e turismo (março/2009), visando promover uma maior comunicação e cooperação naquelas áreas.

### **S. Tomé e Príncipe**

Acordo Cultural (dezembro/1978), visando incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo, entre os dois Estados, assim como, a difusão da língua portuguesa.

### **Senegal**

Acordo Cultural (julho/1976), com o objetivo de, encorajar o desenvolvimento das relações recíprocas, nos domínios cultural, artístico e científico.



### **Uruguai**

Acordo Cultural (agosto/1993), visando o desenvolvimento da cooperação entre os dois países, nas áreas da cultura, arte, ciência, educação, desporto, juventude, turismo e comunicação social.

### **(3) Perspetivas futuras**

Cada vez mais, se justifica uma orientação da política externa portuguesa, no sentido de usufruir dos laços históricos que ligam o país aos mais variados pontos do globo terrestre e, também, no sentido de tirar partido de uma atuação estratégica inteligente, recorrendo a técnicas pouco ou nada agressivas, que no fundo, têm sido apanágio da forma de estar portuguesa no contexto internacional. À semelhança do passado, Portugal é um Estado que pode, de forma perfeita, servir como elo de ligação entre espaços geopolíticos, posição que é reforçada pelo facto de ser um país membro de duas das mais importantes organizações mundiais, a UE e a NATO (Santos, 2012, p.174).

Torna-se expetável e recomendável, o desenvolvimento de esforços, no sentido de reforçar, através da política externa, as relações com os países lusófonos, cimentando com estes, indispensáveis relações económicas, culturais e de cooperação, em função dos respetivos interesses, incidindo particularmente no Brasil, país em franco desenvolvimento e afirmação global, e em Angola, país que demonstra possuir grandes potencialidades, podendo vir a possuir altos níveis de desenvolvimento. Neste sentido, torna-se fundamental, a existência de uma CPLP ativa, dinamizando interações bilaterais, solidificando o património histórico-cultural dos seus membros, fomentando a união entre os Estados, prestigiando-os individualmente e como um todo, o que transformaria, inevitavelmente, este grupo de países, num polo de atração, por parte da restante comunidade internacional (Santos, 2012, p.175).

### **b. Síntese conclusiva**

Os mais relevantes centros de gravidade políticos, na conjuntura internacional da atualidade, correspondem aos espaços oceânicos, Atlântico e Pacífico numa primeira linha, e Índico logo a seguir. No espaço correspondente ao Atlântico Sul, encontram-se localizados cinco dos oito Estados lusófonos do globo, implicando uma significativa concentração espacial e consequente centralização do mundo lusófono. Esta centralização,



associada à crescente importância geopolítica do Atlântico Sul, proporciona à lusofonia em geral e, em particular, a Portugal, uma janela de oportunidade única, apresentando desafios a que urge responder de forma célere (Guedes, 2011, pp.20-24).

Atualmente, Portugal é, no panorama internacional, um dos países com mais fortes ligações político-diplomáticas ao continente africano, tendo, fruto do estatuto conquistado ao longo dos anos, sido responsável, pela criação da CPLP e, num contexto próprio da UE, pela organização de duas cimeiras UE-África. Também em relação aos países da América Latina, Portugal vem desenvolvendo estreitos laços de cooperação e entendimento, com especial destaque para o Brasil, como inevitável parceiro preferencial, e igualmente, para os países de língua espanhola.

Verificou-se no presente capítulo, que Portugal tem vindo, ao longo das últimas décadas, a estabelecer e a desenvolver importantes dinâmicas políticas internacionais, potenciando a cooperação bilateral e multilateral com variadíssimos Estados da orla do Atlântico Sul, cumprindo com os compromissos internacionais assumidos, abrindo portas para a expansão e o investimento do setor privado nacional e, contribuindo de uma forma muito significativa para o crescimento económico, criação de emprego e desenvolvimento dos países parceiros, procurando contribuir de forma objetiva e eficaz, para um dos mais importantes desafios atuais da humanidade, que corresponde aos ODM, valorizando assim, a influência portuguesa no teatro internacional.

O desenvolvimento dos países parceiros e a sua inserção no universo, cada vez mais relevante, da globalização, deverão constituir aspetos fundamentais da política externa portuguesa, tornando estes Estados disponíveis e mais favoráveis a processos recíprocos de intercâmbios comerciais, culturais e diplomáticos, contribuindo significativamente para o próprio enriquecimento e desenvolvimento de Portugal.

Respondendo à PD1, e como ficou demonstrado, Portugal pode beneficiar de uma política externa diplomática ativa na zona do Atlântico Sul, devendo para isso, manter e reforçar a aposta estratégica nas relações privilegiadas com os PALOP e com o Brasil, assim como, aproveitar a rede diplomática de que dispõe naquela região, e os protocolos e acordos já estabelecidos, para promover também junto de outros Estados, as suas potencialidades estatais e privadas, projetando desta forma, a sua dimensão, nas vertentes económica, cultural e política. Neste âmbito, torna-se importante realçar, as vantagens que, num futuro próximo, seguramente resultarão, das relações culturais, económicas e





tecnológicas existentes, ou que possam vir a ser estabelecidas, com potências emergentes, nomeadamente, com a África do Sul, para além do já referido Brasil, ambos membros BRICS<sup>7</sup> e IBAS<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – Conjunto de países em franco desenvolvimento, considerados como potências emergentes da atualidade. Não formam, ainda, uma organização institucionalizada, mas mantêm relações políticas e fundamentalmente comerciais que vão de encontro aos seus interesses e à estratégia por si delineada para o seu desenvolvimento.

<sup>8</sup> Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul, também chamado de G3 - Acordo realizado entre os três países emergentes, de caráter político, estratégico e económico.



### **3. Estratégia económica**

Ambas as margens do Atlântico Sul, têm despertado o interesse da comunidade internacional, tendo-se tornado alvos de uma intensa procura, no que respeita a recursos energéticos, minerais e produtos alimentares, realçando a sua, cada vez maior, importância geoeconómica. Exemplos deste facto, assumem-se as reservas petrolíferas de Angola e do Golfo da Guiné, assim como, as jazidas de petróleo e de gás que se encontram ao largo da costa brasileira. Este potencial energético da bacia sul atlântica, representa um importante contrapeso, relativamente aos tradicionais fornecedores que dominam o sistema energético internacional. Também se tem vindo a verificar uma crescente importância das rotas comerciais e energéticas do Atlântico Sul (Governo de Portugal, 2013, p.14).

#### **a. Relações comerciais**

O mar tem sido, é, e continuará a ser, geopoliticamente fundamental, com particular importância nas vertentes associadas à circulação de bens, pessoas e ideias, sustentadas em rotas que proporcionam uma grande liberdade de movimentação e na diversidade e flexibilidade na escolha dos destinos. Fornece igualmente, um elevado potencial de movimentação e transporte de cargas pesadas e volumosas, ao qual se encontra associado um relativamente baixo dispêndio de energia, transformando o meio marítimo, no principal instrumento para o transporte, ao qual a humanidade recorre (Martins, 2002, pp.129-30).

#### **(1) Evolução dos fluxos comerciais na última década**

Tendo como referência os dados estatísticos mais recentes, correspondentes ao ano de 2011, foi obtida a seguinte informação: nesse ano, as saídas de bens atingiram 42 870,2 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 15,0% face ao ano anterior. Para este aumento contribuiu maioritariamente o acréscimo das expedições de bens para os parceiros comunitários, que aumentaram 3806,1 milhões de euros, enquanto as exportações de bens para os países extra-UE cresceram 1796,2 milhões de euros, tendo atingido os 10 959,9 milhões de euros em 2011, representando um aumento de 19,6% face ao ano transato. Assim, ao contrário do verificado na globalidade do comércio internacional e no comércio intra-UE, as exportações de bens para os países extra-UE revelaram um crescimento anual mais intenso em 2011, que o registado em 2010 (+17,4%), após a quebra de 21,5% ocorrida no ano de 2009. Apesar do domínio evidente dos países intra-UE como principais



parceiros comerciais de Portugal, torna-se notório, nos últimos anos, um aumento do peso relativo do comércio com os Países Terceiros. Em 2005, o comércio extra-UE representava 20% do valor total das saídas de bens, verificando-se um aumento para 25,6% em 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2012, pp.370-71).

No que diz respeito aos parceiros económicos do Atlântico Sul, Angola e Brasil encontram-se entre os dez principais mercados de destino das exportações portuguesas. As exportações para Angola aumentaram 22,3% (mais 425,5 milhões de euros) em relação ao ano anterior. Contribuíram para este aumento, principalmente, as exportações de produtos alimentares, agrícolas e de metais comuns. Desta forma, o mercado angolano atingiu um peso de 5,4% em 2011, correspondendo a um aumento de 0,3% em relação a 2010, fazendo de Angola o quarto principal país de destino para os bens nacionais. Por seu lado, o Brasil reforçou igualmente a sua posição como décimo principal cliente de Portugal, com um peso de 1,4%, correspondendo a um aumento de 0,2% face a 2010, como resultado do aumento de 32,7% registado nas exportações para este país, motivado fundamentalmente pelos acréscimos contabilizados nos produtos agrícolas, combustíveis minerais, minerais diversos e minérios (Instituto Nacional de Estatística, 2012, pp.372-73).

As importações de Portugal atingiram 59 242,9 milhões de euros no ano de 2011, o que correspondeu a um aumento de 1% em relação a 2010. Nos últimos anos assistiu-se a um aumento de importações de bens originários dos países extra-UE, sendo que, em 2005 correspondiam a 22,6% do valor total, tendo aumentado para 26,4% até 2011. No que respeita aos parceiros económicos do Atlântico Sul, Nigéria e Brasil encontram-se entre os dez principais fornecedores de bens a Portugal. A Nigéria, como reflexo do aumento nas importações maioritariamente de combustíveis minerais, é o sétimo país fornecedor, com um peso de 2,6%, correspondendo a um aumento de 0,2% em relação ao ano anterior. Quanto às importações com origem no Brasil, estas têm vindo a apresentar um aumento acentuado (mais 39,7% em relação a 2010), muito devido à importação de combustíveis minerais, o que coloca este país como o décimo fornecedor de Portugal, com um peso de 2,5%, representando este valor um aumento de 0,7% em relação a 2010 (Instituto Nacional de Estatística, 2012, pp.376-77). No Anexo C, é apresentado um quadro representativo do Comércio internacional de mercadorias por países de destino ou origem, relativamente a Portugal, no ano de 2011.



### (2) Rotas comerciais marítimas

O Atlântico Sul é, historicamente, reconhecido como uma importante “ponte comercial” do triângulo América do Sul – África – Europa. A crise global do petróleo, sentida nos anos 70 do século passado, aliada às importantes descobertas de vastas fontes de recursos naturais no seu espaço, relevaram significativamente a sua importância geoeconómica por um lado e, geoestratégica, por outro. Os fluxos comerciais tradicionais, em conjunto com os fluxos comerciais energéticos, estes últimos, apesar de já existentes, com tendência para aumentar exponencialmente num futuro próximo e, ainda, o facto de que o Atlântico Sul banha a Antártida, região considerada fronteira para a exploração de importantes fontes de riqueza por descobrir, no que respeita à exploração de recursos naturais, poderão vir a transformar esta área atlântica, numa das mais importantes regiões estratégico-económicas do globo (Barbosa, 2012, pp.59-60).

A figura 2 apresenta o atual emaranhado de rotas comerciais, no espaço global.



Figura 2.

Fonte: CIIWA (2013)

Os fluxos marítimos no Atlântico Sul alimentam as economias de vários continentes, e mostram que as rotas intercontinentais entre a América do Sul e a Europa se cruzam com as rotas entre o Cabo da Boa Esperança e os EUA (Santos, 2013).

Torna-se evidente, para Portugal, no que aos seus interesses respeita, que o Atlântico Sul é prioritário em relação ao oceano Índico e ao mar Mediterrâneo. Os principais parceiros não europeus de Portugal, EUA, Angola, Brasil e Nigéria, estão



localizados na zona Atlântica, encontrando-se igualmente situadas, na orla marítima deste oceano, as maiores comunidades portuguesas de emigrantes, assim como, a grande maioria dos compromissos diplomáticos e dependências estratégicas nacionais (Silva, 2013).

### **(3) Análise dos protocolos e acordos vigentes**

Através da consulta da tabela do Anexo D e da publicação “Mercados, informação regulamentar”<sup>9</sup>, elaborada pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, Portugal Global), que faz referência aos acordos bilaterais celebrados por Portugal, relativos a assuntos relevantes estritamente do ponto de vista económico, verifica-se que Portugal tem protocolos estabelecidos com vários países da bacia do Atlântico Sul, tais como, Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Namíbia, República da Guiné e Uruguai, entre outros.

#### **Angola**

O protocolo bilateral de 15 de setembro de 2011, tem como finalidade a criação de um mecanismo de facilitação na concessão de vistos em passaportes comuns, tendo como objetivos comuns, o desenvolvimento de laços especiais de amizade e cooperação estratégica, promovendo e facilitando a circulação dos cidadãos nos dois territórios, eliminando desta forma, entre outras, barreiras ao desenvolvimento das atividades das empresas e do investimento (Governo da República Portuguesa, 2013). Existem ainda outros acordos celebrados, igualmente relevantes na área da economia, nomeadamente: Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (dezembro/1998), que tem por objetivo encorajar a criação de condições favoráveis para a realização de investimentos, por parte dos investidores de ambos os países; Acordo de Cooperação Económica (setembro/1988), com o intuito de favorecer e impulsionar o desenvolvimento da cooperação económica; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (dezembro/2006); Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria (janeiro/1992).

---

<sup>9</sup> Pode ser consultado através do link:

<http://portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=6835394f-bffe-454c-8762-3dbc18be676b>



### **Argentina**

O protocolo bilateral de 10 de julho de 2008, tem como finalidade a organização, de uma forma segura e ordenada, dos serviços aéreos internacionais entre os dois Estados, e a promoção, o mais amplamente possível, da cooperação internacional neste domínio, desejando concluir um acordo para fomentar o desenvolvimento de serviços aéreos regulares entre e para além dos seus territórios (Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 164 — 26 de Agosto de 2008, pp.5918-39). Foi igualmente celebrado o Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (agosto/1995), com o objetivo de criar condições favoráveis para a realização de investimentos nos dois territórios, por parte dos investidores de ambos os países, o Acordo de Cooperação Turística (agosto/2012) e o Acordo de Cooperação Científica e Técnica (outubro/1981).

### **Brasil**

O protocolo bilateral de 8 de março de 2004, consiste num Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o MNE da República Portuguesa sobre cooperação entre os institutos diplomáticos de ambos os países, que tem por objetivo, a existência de um intercâmbio ativo e permanente de informação relativa aos programas de estudos, cursos, seminários e outras atividades académicas que desenvolvam, envolvendo igualmente, um intercâmbio de professores, conferencistas, peritos e pesquisadores (Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 2013). Para além deste memorando, existem outros estabelecidos com a República Federativa do Brasil, que contribuem para o desenvolvimento económico de ambos os países, nomeadamente: Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o MNE da República Portuguesa, para o estabelecimento de mecanismos de consultas sobre nacionais no exterior, circulação de pessoas e outros temas consulares de outubro de 2008; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (junho/2006); Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (setembro/2003); Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (setembro/2003); Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Protocolo Anexo (abril/2001); Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (dezembro/2000); Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (agosto/1994); Acordo Quadro de Cooperação (maio/1993); Acordo sobre Cooperação





Económica e Industrial (abril/1981); Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o MNE da República Portuguesa para a criação de mecanismos de consultas bilaterais na área de cooperação para o desenvolvimento (abril/2000).

### **Cabo Verde**

Em 2012 entrou em vigor o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde (março/2012), assinado em Lisboa em 9 de junho de 2010, procurando elevar o grau de relacionamento entre os dois estados, para um novo patamar de ambição política, no contexto de uma verdadeira parceria estratégica para o desenvolvimento económico, social e cultural. Em 2008, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa para o Apoio Direto ao Orçamento. Fruto das boas relações entre ambos os Estados, a Cooperação Descentralizada e a Cooperação Económica correspondem a dois setores que têm fluído naturalmente, com ganhos para ambas as economias (Direcção - Geral da Cooperação Internacional). Anteriormente, haviam já sido firmados, entre os dois países, os seguintes acordos: Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal (julho/2000); Protocolo de Cooperação Económico-Empresarial (dezembro/1993); Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia (junho/1991); Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos (abril/1991).

### **Namíbia**

Relativamente ao protocolo assinado em 7 de outubro de 2010, com o MNE da Namíbia, não foi obtida qualquer informação adicional sobre o seu conteúdo.

### **Guiné Bissau**

Encontram-se firmados: Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal (julho/2009); Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos (outubro/1992); Protocolo de Cooperação na Área do Comércio e Turismo (junho/1991).

### **Uruguai**

Com a República Oriental do Uruguai, Portugal tem celebrados vários protocolos, destacando-se o Acordo sobre a Promoção e a Proteção Mútua de Investimentos



(dezembro/1997), e o Acordo sobre Cooperação Económica (agosto/2008), visando a intensificação da cooperação económica entre os dois Estados, aproveitando as possibilidades criadas pelo desenvolvimento económico e industrial, e o encorajamento e a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de ambas as partes, estimulando a transferência de capitais e de tecnologia, no interesse do desenvolvimento económico dos dois países. Em 2011, foi firmada, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património (abril/2011), encontrando-se igualmente em vigor, o Acordo no Domínio do Turismo (novembro/1998).

Identificam-se ainda vários acordos e protocolos relevantes, celebrados com outros países do Atlântico Sul, nomeadamente (AICEP, Portugal Global, 2013):

### **África do Sul**

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (setembro/2008), visando prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e promover e intensificar as relações económicas.

### **Benim**

Acordo Quadro de Cooperação (fevereiro/2001), tendo como objetivo o desenvolvimento e a promoção de relações culturais, científicas, técnicas, económicas e comerciais entre os dois países. Foi também firmado, em 1985, o Acordo de Cooperação Económica e Técnica (outubro/1985), a fim de desenvolver as relações de cooperação económica e técnica.

### **Costa do Marfim:**

Acordo de Cooperação Económica, Técnica e Cultural (novembro/1984).

### **Gabão**

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos (março/2003), com o objetivo de intensificar a cooperação económica, criando condições favoráveis aos investidores de ambos os Estados, dinamizando a iniciativa privada. Foi também firmado, no ano de 2001, o Acordo Quadro de Cooperação (agosto/2001), visando promover a cooperação entre os dois países, nas vertentes económica, comercial, cultural, científica e técnica.





### **Gâmbia**

Acordo Geral de Cooperação Técnico-Económica (julho/1993), com o objetivo de permitir aos dois governos o estabelecimento de programas de cooperação, promovendo o respetivo desenvolvimento.

### **Guiné Equatorial**

Acordo Geral de Cooperação (junho/1998), com o objetivo de promover a cooperação entre os dois países com vista ao seu desenvolvimento social, cultural, científico, técnico e económico.

### **Mauritânia**

Acordo Quadro de Cooperação e Respetivo Protocolo Adicional (agosto/1999), com o objetivo de desenvolver e promover as relações culturais, científicas, técnicas, económicas e comerciais entre os dois países.

### **Congo**

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (dezembro/2010), com o objetivo de promover a cooperação no domínio económico e reconhecendo o papel desempenhado pelos fluxos de investimento no reforço da cooperação económica e na promoção da prosperidade, visando a criação de condições favoráveis aos investidores de ambos os Estados, através da proteção dos seus investimentos relativamente a ações de expropriação, de nacionalização ou outras com efeitos equivalentes, assim como, a compensação por perdas, em caso de conflito armado ou situações idênticas. Foram igualmente firmados, o Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica (abril/1990), e o Acordo Geral de Cooperação (novembro/1989).

### **S. Tomé e Príncipe**

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Mútua de Investimentos (julho/1997), visando o encorajamento e a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos em ambos os territórios, por forma a estimular a iniciativa privada. Foram igualmente firmados, o Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria (julho/1992), e o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (julho/1992).



## **Senegal**

Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (maio/2001), com o objetivo de serem criadas condições favoráveis para a realização de investimentos, estimulando o desenvolvimento económico sustentado em ambos os Estados e o Acordo em Matéria de Turismo (Decreto Nº 74/77, de 21 de maio de 1977).

Para além destes, de acordo com a publicação “Mercados, informação regulamentar”, existem ainda acordos com alguns dos países acima referidos, no âmbito da segurança social, que não foram incluídos no presente trabalho.

### **(4) Perspetivas futuras**

No panorama atual, uma das principais estratégias para os países, consiste em desenvolverem a sua capacidade de acolher investimentos externos, criando riqueza através da implantação de empresas. Torna-se fundamental para um Estado que pretenda adotar uma vincada projeção e capacidade de influência internacionais, desenvolver ações económicas e comerciais pró-ativas, por forma a perceber e antecipar as rápidas alterações do sistema económico mundial, bem como, conhecer profundamente os mercados-alvo e os emergentes, que possibilitem a infiltração das suas empresas (Leal, 2007, pp.229-30).

Para ajudar o desenvolvimento de Portugal, a sua diplomacia económica desempenha um papel fundamental, devendo acompanhar as empresas portuguesas na sua projeção internacional, apoiando-as através de negociações com as autoridades estrangeiras e participando em reuniões internacionais, procurando detetar oportunidades a explorar nos domínios do comércio externo, do investimento estrangeiro e da internacionalização das empresas nacionais. Torna-se assim crucial, na abordagem aos mercados do Atlântico Sul, desenvolver uma intensiva ação externa, sustentada numa coordenação interministerial que prepare e sustente as posições nacionais, e numa política externa dinâmica e consistente, capaz de dar resposta imediata às exigências da política internacional (Leal, 2007, pp.230-31).

No futuro, o espaço atlântico, manterá por certo, um papel de destaque no panorama de circulação do comércio internacional por via marítima. No caso do Atlântico Sul, tal acontecerá, principalmente, fruto do desenvolvimento de países como o Brasil e Angola, entre outros, que poderão vir inclusivamente a substituir, como fornecedores de



recursos energéticos, os Estados do Médio Oriente. Este cenário, poderá proporcionar a Portugal, como país de localização privilegiada, tanto para o circuito comercial com destino à Europa, como para o comércio via Mediterrâneo, oportunidades de se afirmar, como plataforma de receção e monitorização dos vários fluxos comerciais, por um lado, desenvolvendo infraestruturas adequadas a esse propósito, por outro, aproveitando as já disponíveis, com destaque para o porto de águas profundas de Sines (Rodrigues, 2012, pp.10-11).

### **b. Recursos naturais**

Os mares e oceanos são, indubitavelmente, importantes fontes de variadíssimos recursos, com especial destaque para os biológicos, minerais e energéticos. As atividades piscatórias, a extração do sal e de algas marinhas, juntamente com o aproveitamento da energia das ondas e das marés, correspondem a exemplos do aproveitamento humano desta, por enquanto, inesgotável fonte de preciosos bens naturais. Nos dias correntes, tem-se verificado uma cada vez maior preocupação, no desenvolvimento de estudos relacionados com o aproveitamento dos recursos marinhos, tendo por objetivo, retirar o benefício resultante de um melhor aproveitamento destes. (Martins, 2002, pp.127-28).

De igual forma, os recursos armazenados nos solos e subsolos dos oceanos, muitos já em fase de exploração, nomeadamente os energéticos, com enorme impacto na vida humana, outros ainda por detetar, ou então, aguardando progressos tecnológicos que permitam a sua exploração de forma rentável, são elementos a ter em consideração ao analisar as potencialidades e benefícios a retirar dos espaços marítimos do globo (Martins, 2002, p.128).

### **(1) Recursos energéticos**

O panorama energético de Portugal caracteriza-se por uma forte dependência externa, com uma procura em crescendo, e um sistema energético extremamente dependente de fontes primárias de origem fóssil, como o petróleo, gás natural e carvão. Portugal debate-se com uma reduzida diversificação da oferta energética primária, a qual, aliada à escassez dos seus recursos, conduz a uma enorme vulnerabilidade no que respeita às flutuações dos preços internacionais, nomeadamente no que respeita aos custos do petróleo, obrigando a que sejam dirigidos esforços no sentido de diversificar, não só, as



fontes energéticas utilizadas, como também, os fornecedores externos dos produtos importados. A introdução do gás natural contribuiu determinantemente para a diversificação da procura de recursos energéticos, reduzindo a dependência exterior em relação ao petróleo (Instituto de Defesa Nacional, 2011, pp.63-64).

Como é possível verificar, através da consulta das tabelas dos Anexos E/F, a importação de petróleo bruto e de gás natural na última década, foi predominantemente efetuada a partir de países da África Ocidental, do Norte de África e do Médio Oriente, tendo os países da bacia atlântica um papel fundamental neste processo, destacando-se Angola, Nigéria e Brasil, como parceiros fundamentais no fornecimento energético de Portugal.

### **(a) Perspetivas futuras**

O setor energético, normalmente, concentra-se em torno das empresas de maior dimensão. Em Portugal, a maior companhia do setor petrolífero é a Petrogal, subsidiária da Galp Energia (GE), que controla o fluxo petrolífero nacional e mantém igualmente atividades de produção no Brasil e em Angola. Presentemente as atividades da GE desenvolvem-se à escala global, com predominância em Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Venezuela, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Suazilândia, Gâmbia, Timor-Leste, Uruguai, Guiné-Equatorial, Marrocos e Namíbia (Galp Energia, 2013).

Analisando a importância dos países do Atlântico Sul para a companhia petrolífera dominante do sector energético em Portugal, importa referir que, em Angola, desenvolvem-se cinco projetos *offshore*, destacando-se o do bloco 14<sup>10</sup>, atualmente em fase de produção e com perspetivas de crescimento, e os projetos ainda em fase de exploração e desenvolvimento nos blocos 14K-A-IMI e 32. Em 2008 a GE iniciou os trabalhos de exploração do primeiro projeto integrado de gás em Angola (Angola LNG II), no qual detém uma participação de 10%. A empresa mantém também uma atividade de distribuição de produtos petrolíferos em Angola,

---

<sup>10</sup> Bloco: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural. Os Blocos subdividem-se em Campos para atribuição de concessões para a extração dos recursos ali existentes.

Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um ou mais reservatórios, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.



sustentada em duas empresas principais, a Petrogal Angola, Lda. (100% pertença da GE) e a Sonangal, Lda. (49% pertença da GE e 51% da Sonangol) Desta forma, face ao historial e às promissoras perspectivas de médio e longo prazo, é notória a importância de Angola para a GE (Galp Energia, 2013).

No que respeita ao Brasil, prevê-se que nos próximos anos se transforme um dos principais países do mundo, no mapa das reservas petrolíferas. Assim, a GE, em parceria com a Petrobras, encontra-se envolvida em 21 projetos, divididos em 16 *offshore*, com participações em várias bacias ao longo da costa brasileira, das quais se destaca a bacia de Santos (projeto principal, envolvendo os famosos campos Lula e Cernambi), e em 5 projetos *onshore*<sup>11</sup> (Cons. CC), de menores dimensões, onde a GE dá os primeiros passos como operador (Galp Energia, 2013).

A GE distribui produtos petrolíferos em Cabo Verde através da participação na Empresa Nacional de Combustíveis (Enacol, na qual tem uma participação de 48,3%). Possui no território uma rede de retalho que abrange todos os concelhos do país (Galp Energia, 2013).

Na Guiné Bissau, a GE é líder nos mercados de importação, armazenamento, comercialização e distribuição de combustíveis líquidos, lubrificantes e gás, em articulação com as seguintes empresas locais: Petrogal Guiné-Bissau (detém a totalidade do capital), empresa que assegura a gestão das participações das restantes empresas; Petromar (detém 80%), empresa dedicada à importação, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, GPL e lubrificantes; Petrogás (detém 65%), empresa que assegura a importação, armazenagem, distribuição e comercialização de GPL; CLC GB<sup>12</sup> (detém 45%), empresa que assegura a armazenagem de combustíveis líquidos; ASB (detém 50%), empresa que assegura o abastecimento de aeronaves no segmento da aviação (Galp Energia, 2013).

Na Gâmbia, tendo adquirido a filial da Royal Dutch Shell no país, a GE atua sobretudo na distribuição de produtos petrolíferos, abastecendo o aeroporto de Banjul (Galp Energia, 2013).

---

<sup>11</sup> *Onshore*: Área terrestre, caracterizada pelos seus vastos recursos minerais e energéticos.

<sup>12</sup> Companhia de Logística de Combustíveis da Guiné-Bissau.



Em 2009, a GE participou na primeira ronda de licitação de licenças *offshore* no Uruguai, tendo sido atribuídas ao consórcio que integra, duas áreas, a três e a quatro, da bacia de Punta del Este. Neste consórcio a GE participa com 20%, a Petrobras (Brasil) com 40% e a YPF (Argentina) com os restantes 40% (Galp Energia, 2013).

A GE detém uma participação de 15% para a construção do segundo trem de liquefação na Guiné Equatorial, caso sejam certificados volumes de gás natural que tornem viável a sua construção. O consórcio para o desenvolvimento deste projeto é também composto pela Sonagas (empresa petrolífera nacional), que detém 50%, pela Union Fenosa Gas (Espanha), que detém 20% e pelo governo da Guiné-Equatorial, que detém 15% (Galp Energia, 2013).

Em 2012, a GE assinou um acordo com a empresa brasileira HRT Participações em Petróleo S.A.<sup>13</sup>, para a aquisição de uma participação de 14% em três licenças de exploração petrolífera, localizadas no *offshore* da Namíbia, atualmente na fase inicial de exploração, que representam sete diferentes projetos para a empresa (Galp Energia, 2013).

### **(2) Outros recursos**

Os recursos minerais do fundo do mar, constituem uma fonte vital de matérias-primas para os setores que envolvem as atividades de transformação e construção, proporcionam energia para o uso doméstico e industrial e fertilizantes para a agricultura. Não obstante o peso, atualmente, bastante significativo destes recursos para a economia global, recentes descobertas científicas conduziram à perceção de que a sua contribuição poderá vir a ser ainda mais relevante. Desde os anos 70 do século passado, que têm sido efetuados consideráveis investimentos na área da prospeção dos fundos marinhos, com o propósito de descobrir e identificar fontes alternativas de minerais. Desde então, que se tem conhecimento da riqueza alternativa que constituem os nódulos polimetálicos, também chamados de nódulos de manganês, cujo tamanho varia desde pequenas partículas apenas visíveis ao microscópio, até grandes aglomerados que podem atingir os 20 centímetros de diâmetro. O manganês, o cobalto, o níquel e o cobre são os constituintes habitualmente

---

<sup>13</sup> O Grupo HRT tem as suas atividades direcionadas para a exploração e produção de óleo e gás natural, atuando no Brasil e na Namíbia.



extraídos dos nódulos e aqueles que têm maior valor económico e estratégico (Silva, 2011, pp.28-29).

Outra riqueza armazenada nos fundos marinhos, corresponde aos sulfuretos polimetálicos, existentes nos campos hidrotermais submarinos, que contêm igualmente espécies de vida animal, muitas das quais desconhecidas, constituindo uma das maiores descobertas científicas das últimas décadas. De igual forma, as crostas ricas em cobalto, localizados nas encostas e nos cumes dos montes submarinos, encontram-se “disponíveis” em todos os oceanos, em profundidades que variam entre os 800 e os 2500 metros. Para além do cobalto, estas crostas constituem preciosas fontes de titânio, cério, níquel, platina, manganês, fósforo, tálio, telúrio, zircónio, tungsténio, bismuto e molibdénio (Silva, 2011, pp.32-34).

Por fim, os recursos biológicos, sobre os quais se estima existirem mais de 10 milhões de seres vivos no habitat marítimo, mesmo não incluindo nesta contabilização a micro fauna existente, pois a sua ordem de grandeza é impossível de calcular, uma vez que, nas investigações científicas realizadas, sistematicamente, foram encontrados novos micro organismos (Matias, 2009, p.30).

### **(a) Perspetivas futuras**

No que diz respeito a recursos marinhos não energéticos, de acordo com o CEDN de 2013, Portugal deverá adaptar uma estratégia que envolva, obrigatoriamente, a exploração, proteção e preservação dos seus próprios recursos, devendo para tal, investir em três vertentes fundamentais: conhecimento científico do seu “território molhado”, desenvolvimento da capacidade tecnológica para usufruir dos recursos de que dispõe e na defesa da sua plataforma continental. A dimensão marítima nacional, associada aos inerentes direitos de exploração e aproveitamento do elevado potencial da vasta plataforma continental que lhe é pertença, poderá recolocar Portugal numa posição central geoestratégica a nível internacional (Governo de Portugal, 2013, pp.43-44).

Caso Portugal venha a adquirir capacidades para exploração dos recursos disponibilizados através da sua plataforma continental, os benefícios económicos serão enormes. Face ao progressivo esgotamento das fontes terrestres de



combustíveis fósseis e ao constante desenvolvimento tecnológico, num futuro talvez não muito distante, é exetável que, do ponto de vista económico, a exploração do mar profundo se venha a tornar uma realidade, provocando uma corrida global, com vista à exploração do potencial existente no solo e subsolo das plataformas continentais. Neste cenário, é previsível que os nódulos polimetálicos, se possam vir a transformar num elemento vital para as economias. Por outro lado, as recentes descobertas da existência de organismos a viver sob condições extremas, a grandes profundidades, alargam as fronteiras do conhecimento biotecnológico, com benefícios futuros nos domínios da saúde, ambiente e indústria agroalimentar (Silva, 2011, pp.85-86).

Para um país como Portugal, com escassos recursos naturais, a possibilidade de vir a usufruir das riquezas proporcionadas pela sua extensa plataforma continental, assume extrema importância, correspondendo a um fator fundamental para o seu futuro.

### **c. Síntese conclusiva**

Nos últimos anos, o Atlântico Sul tem-se transformado num espaço onde, cada vez mais, se projetam interesses estratégicos e económicos, despertando a atenção, tanto dos estados costeiros sul-americanos e africanos, como das grandes potências mundiais. Além da sua relevância como via marítima, o Atlântico Sul disponibiliza milhões de toneladas de pescado, enormes reservas de hidrocarbonetos, depósitos de metais (nódulos polimetálicos - ferro, alumínio, titânio, cromo, níquel, manganês, cobre e cobalto), pedras preciosas e representa igualmente um importante papel para a indústria do turismo (Seabra, 2011, p.17). É do conhecimento geral, a existência de abundantes campos de petróleo no litoral norte angolano, que as segundas maiores reservas petrolíferas mundiais se encontram no Brasil, na camada de pré-sal das suas águas territoriais, que em São Tomé e Príncipe existem igualmente reservas petrolíferas em grandes quantidades, prevendo-se também a sua existência na Guiné-Bissau (Guedes, 2011, pp.20-24).

Em termos económicos, todo o oceano Atlântico tem uma importância fundamental para Portugal. Como foi verificado, é através de vias marítimas que a grande maioria do seu comércio flui, à semelhança do que sucede com a maior parte dos países costeiros localizados no Atlântico Sul, também eles, bastante dependentes do comércio marítimo e,





com uma tendência cada vez mais acentuada, dependentes dos recursos naturais fornecidos pelo oceano.

A privilegiada localização de Portugal, em termos geoestratégicos, inevitável ponto de passagem das rotas comerciais provenientes do Atlântico Sul, com destino ao mercado Europeu ou às águas mediterrânicas, proporciona a possibilidade de estabelecimento de uma valiosa teia de relacionamentos económicos. Esta tarefa, fruto das relações históricas e culturais com os países da CPLP, e das diversas relações diplomáticas já estabelecidas com variadíssimos outros Estados, e traduzidas em Acordos e Protocolos facilitadores do desenvolvimento de políticas externas de interesses comuns, encontra-se bastante facilitada. No entanto, para que Portugal se transforme num pólo de atração para a receção e distribuição dos produtos oriundos dos mercados do Atlântico Sul, torna-se imprescindível que, internamente, sejam desenvolvidas infraestruturas e redes de transportes adequadas, dinamizados os recursos humanos existentes, e efetuados investimentos para o desenvolvimento da produtividade, ou seja, realizar uma transformação interna que projete uma imagem para o exterior, de tal forma atrativa, que cativa os agentes do comércio internacional.

Nos dias atuais, e tendo em consideração que as mais importantes reservas de recursos energéticos, se encontram em regiões extremamente instáveis, torna-se imperativo para Portugal, diminuir a dependência dos fornecedores tradicionais, diversificando as suas fontes e rotas de abastecimento energético. Nesta perspetiva, e tendo em consideração, as recentes descobertas de vastos recursos armazenados nas profundezas do Atlântico Sul, bem como, das riquezas acamadas nas plataformas continentais dos seus países ribeirinhos, dos quais se destacam, Angola, Brasil, Nigéria e Guiné, fácil será perceber, que estamos perante um espaço capaz de se assumir como uma importante alternativa, na rede global do sistema energético, capaz de ombrear com as fontes do Médio Oriente e da Rússia. O Atlântico Sul, para além de, ser um espaço ainda em fase de descoberta, cujas potencialidades não estão completamente identificadas, com tendência para aumentar exponencialmente, oferece igualmente, uma área de atuação ampla, sem pontos de estrangulamento geográficos que condicionem os fluxos energéticos.

Assim, e por forma a responder à PD2, considerando a já referida localização geoestratégica nacional, as privilegiadas relações existentes com os países lusófonos do Atlântico Sul, e os diversos compromissos bilaterais estabelecidos, com estes e vários



outros parceiros estatais, torna-se evidente que Portugal pode beneficiar de uma política externa ativa de cooperação económica nesta zona do globo, através da implementação de redes de comércio e energéticas, nas quais o nosso país se assume como um ponto nevrálgico de receção e distribuição de produtos, promovendo desta forma, o desenvolvimento da sua economia interna, e contribuindo para a obtenção de uma maior autonomia na gestão do seu sistema de fornecimento energético, de origem externa.



#### **4. Estratégia militar**

Conforme estabelecido no CEDN de 2013, Portugal deve, no âmbito da envolvente da CPLP, desenvolver ações de valorização dos programas de cooperação militar e de segurança, e estabelecer com outros Estados, parcerias de segurança, tendo por objetivo, alicerçar potencialidades e desenvolver instrumentos de cooperação, com vista à defesa dos interesses comuns. Estas parcerias são de vital importância, contribuindo para a consolidação da autonomia nacional, assim como, para a defesa dos interesses e dos valores da nação, numa determinada zona do globo, detentora de interesse estratégico para o país, como o é, o oceano Atlântico. Através da dinamização deste tipo de relacionamento com outros Estados, Portugal demonstra interesse e empenho na defesa da unidade na área atlântica, cuja consolidação é tida como fundamental, para o reforço dos laços e vínculos, que já existam, ou venham a ser estabelecidos (Governo de Portugal, 2013, p.23).

##### **a. Cooperação na Defesa e Segurança Marítima no Atlântico Sul**

*“A circulação do comércio necessita que haja um resguardo militar, é preciso articular ações de cooperação por parte dos Estados banhados pelo Oceano Atlântico, e através do desenvolvimento de proteção conjunta, pode-se conter o avanço dos temores dos governos: a pirataria e o terrorismo marítimo, atividades ilícitas que prejudicam o comércio internacional, como também, a segurança global.”* (Gonzalez, 2013)

Se as relações entre Estados, bilaterais e multilaterais, na vertente económica, correspondem fundamentalmente a processos de transporte de bens, movimentação de riqueza e ao incremento de índices de desenvolvimento, essas mesmas relações, na vertente da segurança, potenciam profundamente o estímulo económico das nações envolvidas. Portugal, atualmente, face às organizações de segurança a que pertence, e aos, internacionalmente reconhecidos, contributos das suas forças militares destacadas em operações de paz ao serviço da ONU, pode ser considerado como um país fornecedor de segurança internacional, não unicamente, através dos contingentes armados das forças militares e de segurança, mas também, através da Cooperação Técnico-Militar (CTM) e em relevantes ações inerentes à resolução e arbitragem de conflitos (Santos, 2012, p.175).



### **(1) Importância da participação no desenvolvimento de esforços multilaterais para garantir a segurança no espaço do Atlântico Sul**

No que diz respeito à segurança do Atlântico Sul, esta sempre foi uma das regiões mais pacíficas do mundo. Corresponde a uma área sem fronteiras, onde a maior parte dos Estados, os africanos em particular, não dispõem de meios humanos e materiais para efetuar o controlo eficaz da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), onde existem vastas explorações *offshore* dos recursos naturais, cujas empresas multinacionais mantêm investido capital Ocidental, e onde, em variadíssimas regiões, existem tensões e, em muitos casos, conflitos armados. O Atlântico Sul posiciona-se como uma das regiões geoestratégicas mais importantes do globo, e irá certamente desempenhar um papel importante para os países banhados pelo oceano, oferecendo uma preciosa alternativa na exploração de recursos, no transporte marítimo, na conservação da biodiversidade e na interação entre os povos de forma uma forma geral. No entanto, para que tal venha a ser uma realidade, torna-se necessário desenvolver uma abordagem de segurança integrada e global que exigirá uma cooperação entre todos os povos (Van-Dúnem, 2011).

A localização do arquipélago de Cabo Verde, atribui-lhe uma relevante importância estratégica no que respeita ao acesso à região do Atlântico Sul, podendo ser considerado uma porta de entrada, ou de controlo, a partir da qual é possível desenvolver ações para impedir, ou permitir, a passagem entre hemisférios. Com a importância emergente dos recursos naquela área atlântica, fazendo aumentar o número de atores e ameaças no cenário envolvente, agudiza-se o valor estratégico da localização geográfica daquele arquipélago (Guedes, 2011).

O acordar para a nova realidade atlântica, tem vindo paulatinamente a decorrer ao longo dos últimos anos. São deste facto exemplos, os exercícios da NATO em Cabo Verde, em junho de 2006, a ativação do USAFRICOM, em outubro de 2008, a reativação da “*Quarta Esquadra*”, seis décadas após a sua dissolução, a progressiva aproximação da China, e os exercícios da Rússia com a Venezuela. Este despertar do interesse das grandes potências mundiais sobre o Atlântico Sul, provocou o desenvolvimento acelerado das capacidades militares das maiores potências regionais, como o Brasil e a África do Sul, reforçando significativamente os seus meios navais e aéreos, assim como, o desenvolvimento de programas de cooperação conjunta, como é o exemplo do Brasil e da Argentina, nos seus programas de mísseis e espaciais. Estes reforços de capacidade bélica,



conjuntamente com os focos de tensão e instabilidade político-económica de inúmeros estados africanos e da América Latina, com o provável reacendimento das tensões entre o Reino Unido e a Argentina no que respeita às Ilhas Malvinas e a intenção inequívoca do Brasil em se afirmar como a maior e mais importante potência regional, mostrando-se visivelmente desagradado pela presença cada vez mais vincada de forças e interesses extrarregionais, tornam pouco tranquilizante o cenário expetável para o Atlântico Sul (Guedes, 2011). O discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António de Aguiar Patriota, na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 15 de janeiro de 2013, é elucidativo da visão Brasileira, no que respeita à segurança envolvente do Atlântico Sul. Inicialmente reforçando a importância do compromisso assumido, pelos países africanos e sul-americanos, com a identidade sul-atlântica, e realçando estar em curso um processo de difusão do poder mundial, com um papel de destaque e de extrema importância atribuído aos países em desenvolvimento da orla do Atlântico Sul, refere seguidamente, ser fundamental a preservação da região, no que respeita à introdução de armas de destruição em massa, considerando ser este um objetivo estratégico comum aos países membros da ZOPACAS. Patriota afirma, não ser do interesse da comunidade do Atlântico Sul, a militarização indevida deste espaço, considerando que a vocação regional corresponde ao diálogo, entendimento e confiança recíproca (Patriota, 2013). Num passado recente, já o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, havia assumido, ser a posição brasileira profundamente crítica em relação às estratégias militares globais dos Estados Unidos e da NATO, tendo afirmando que o Brasil não aceita discutir assuntos relativos à soberania do Atlântico, enquanto os norte-americanos não aderirem à convenção da ONU sobre o direito do mar, que estabelece as regras para a exploração de recursos em águas nacionais (Estadão.com.br, 2010). Ao Brasil interessa, fundamentalmente, tornar o Atlântico Sul numa área segura e livre da intervenção de outras potências, privilegiando a sua política externa sobre as seguintes vertentes: assumir e atuar de acordo com as resoluções da ONU sobre os mares, enfatizando mecanismos multilaterais; cooperar com os países africanos banhados pelo Atlântico Sul; manter aquela área livre de armas de destruição em massa; privilegiar as relações com a NATO, uma vez que, o conceito estratégico desta organização é bastante comedido no que respeita à área do Atlântico Sul (Seabra, 2011, pp.17-20).

No Golfo da Guiné, área de particular interesse para Portugal, por dali ser oriunda parte do abastecimento nacional de petróleo, com origem na Nigéria, verificam-se, cada



vez com maior frequência, atos de pirataria (Rodrigues, 2012, p.11). Correspondendo a uma zona extremamente rica em hidrocarbonetos, a situação torna-se bastante preocupante para a comunidade internacional, principalmente para as grandes economias mundiais. Segundo o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas<sup>14</sup>, a Marinha Portuguesa e a Força Aérea Portuguesa, têm capacidade para projetar meios navais e aéreos, por forma a dissuadir a pirataria e o contrabando naquelas águas territoriais, no entanto, coloca-se a questão relativamente à sua sustentabilidade e permanência, em termos de custos, uma vez que implicam elevados recursos financeiros (Veiga, 2013).

Para a UE, o Golfo da Guiné representa 13% e 6%, respetivamente, das suas importações de petróleo e de gás, motivo pelo qual, esta organização se encontra determinada a contribuir para a segurança da região. Nesse sentido, a UE colocou em execução, em janeiro de 2013, um programa europeu<sup>15</sup>, com o objetivo de fortalecer as guardas costeiras e estabelecer uma rede de troca de informações entre os vários países, relativamente aos atos de pirataria ocorridos. Benim, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe e o Togo, são os países que irão beneficiar deste programa (Agência AngolaPress, 2013).

### **(2) Perspetivas futuras**

A bacia do Atlântico Sul envolve países emergentes, detentores de vastos recursos marinhos, que se perfilam como mercados cada vez mais apetecíveis. O Brasil já é uma potência de dimensão global, Angola apresenta-se como uma importante potência regional, a África do Sul revela-se uma potência em ascensão, e a Nigéria, fruto das suas riquezas, também o poderá vir a ser. Os países do Atlântico Norte, extremamente dependentes das fontes energéticas com origem no Médio Oriente e na Rússia, procuram fontes de abastecimento alternativas, perfilando-se o Atlântico Sul, como uma das áreas mais apetecíveis neste processo. Nesta zona, por onde circulam os mais diversos produtos, utilizando rotas em todas as direções, paira atualmente, a ameaça da pirataria marítima, com maior incidência, junto à costa ocidental africana, particularmente, na região do Golfo da Guiné. De igual forma, a criminalidade internacional organizada constitui um flagelo desta região, alimentando a instabilidade latente dos Estados frágeis, e promovendo a

---

<sup>14</sup> General Luís Evangelista Esteves de Araújo.

<sup>15</sup> Programa europeu Crimgo (rotas marítimas críticas do Golfo da Guiné).



projeção de estupefacientes para o continente europeu (Santos, 2011, pp.25-26).

A inexistência de uma política de segurança no Atlântico Sul, deverá conduzir, inevitavelmente, a uma situação de grande preocupação por parte da comunidade internacional. Os seus Estados ribeirinhos, atualmente expostos a uma grande variedade de ameaças que se aproveitam do vazio de poder, latente nos espaços marítimos adjacentes, revelam-se incapazes de sustentar a proliferação das atividades criminosas que ali se desenvolvem, que delapidam os recursos existentes, promovem tráficos ilícitos, interferem com a circulação marítima e representam um perigo para toda a navegação na região. A contenção das referidas atividades criminosas, representará a curto prazo, uma prioridade para a comunidade internacional, que estará obrigada a preservar a ordem pública naquele espaço marítimo, como forma de garantir a regularidade do tráfego marítimo, vertente fundamental para a economia globalizada e interdependente (Lourenço, 2011, pp.33-34).

O crescimento económico e político do Atlântico Sul torna previsível que, a curto prazo, este oceano deixe de ser o menos militarizado do globo, facto bastante evidente, face ao atual programa brasileiro de reforço e reequipamento do seu poderio naval, estratégia que, muito provavelmente, deverá ser seguida por outros países. Uma estrutura partilhada de segurança para a região, acabará inevitavelmente por ser estabelecida, sendo desejável a promoção de uma articulação de esforços entre os Estados atlânticos do sul com os do norte, garantindo-se desta forma, a necessária dimensão e uniformização dos meios utilizados neste processo (Rodrigues, 2013, pp.4-5).

### **b. Partilha de capacidades e recursos**

O emprego dos recursos militares de Portugal, deve respeitar uma escala geopolítica de prioridades. A primeira prioridade corresponde à vertente da defesa cooperativa da paz e da segurança nas regiões europeia e euro-atlântica, em conjunto com os aliados, bem como, a proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro. A segunda prioridade, insere-se na vertente do combate ao terrorismo internacional e a outras ameaças transnacionais. A terceira prioridade, envolve a cooperação no domínio da segurança e defesa com os países da CPLP. A última prioridade identificada, respeita à participação em missões no âmbito da ONU (Governo de Portugal, 2013, p.35).



### **(1) Análise dos protocolos de cooperação em vigor**

CTM com os Países de Língua Portuguesa (PLP): a CTM encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais de caráter indicativo e flexível, constituídos por projetos concretos a executar no terreno, envolvendo igualmente ações de natureza complementar, essencialmente dirigida à capacitação dos órgãos de conceção, coordenação e direção da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares. A execução dos referidos projetos assenta em quatro vertentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infraestruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal. A componente nuclear da CTM corresponde à formação de quadros dos PLP em Portugal, consistindo os projetos no terreno, na sua maioria, direcionados para a criação e reorganização de estabelecimentos de ensino e de centros de instrução/formação militar, tendo por objetivo, a criação de capacidades que conduzam à autossuficiência e autonomia nas áreas da formação e instrução das respetivas Forças Armadas. As ações desenvolvidas no âmbito da CTM visam contribuir para consolidar o sistema democrático dos países beneficiários, através da organização e formação de Forças Armadas apertidárias, que garantam o regular funcionamento das instituições, respeitem o Estado de Direito e se subordinem ao poder político legítimo e democrático, ficando capacitadas para desempenhar as tarefas e cumprir as missões que lhes sejam atribuídas pelos respetivos órgãos de soberania (Ministério da Defesa Nacional, 2010, pp.73-74). Os projetos de CTM com os países de língua portuguesa da orla atlântica, encontram-se, para consulta, no Anexo G.

No que respeita à atividade bilateral de defesa, no espaço do Atlântico Sul existem tratados/acordos/convenções ou memorandos de entendimento com os seguintes países (excetuam-se os países da África subsariana): Argentina (2), Brasil (5), Mauritânia (1) e Uruguai (1) (Ministério da Defesa Nacional, 2010, p.75). Os programas de cooperação/atividades com estes países encontram-se, para consulta, no Anexo H.

### **(2) Perspetivas futuras**

Desenvolver uma estratégia sustentada em alianças com outros Estados, apresenta como principais objetivos, a defesa dos interesses nacionais, a segurança e defesa territorial, a redução de vulnerabilidades, o exercício de compromissos assumidos





internacionalmente e consequente assunção das responsabilidades que lhes são inerentes, e, por último, a disseminação no teatro global, da correspondente visão nacional, no que respeita aos valores pretendidos, por forma a integrar ativamente o processo de implementação da ordem internacional (Governo de Portugal, 2013, p.22).

É de extrema importância que, junto das organizações, das quais é membro, Portugal seja um Estado reconhecido, pelo seu empenho e eficácia, nos processos de promoção de relações de cooperação com outros atores (Cravinho, 2012).

A cooperação militar portuguesa, tem vindo a assumir um papel de destaque, no desenvolvimento e sustentação das forças armadas dos países africanos. Ao mesmo tempo, tem existido uma preocupação em aumentar as capacidades interventivas destas forças, em situações de crise e de conflito, com o objetivo, de que sejam as próprias forças de um determinado Estado, a intervir no seu próprio território, evitando, se possível, a necessidade de intervenção de forças militares estrangeiras. A CTM portuguesa, que apresenta um já longo historial de duas décadas, vem potenciando, sem aplicar avultadas despesas no processo, a defesa dos seus interesses nacionais, contribuindo, igualmente, para o esforço internacional de apoio ao desenvolvimento, sendo esta a estratégia apontada, como tendo futuro (Gomes, 2010).

Resumindo, os objetivos futuros da cooperação portuguesa, baseiam-se na afirmação estratégica do país, no contributo para o estreitar da cooperação no mundo lusófono, e na contribuição para a segurança e estabilidade interna dos PALOP, dotando as respetivas Forças Armadas de capacidades, e promovendo o seu desenvolvimento nas áreas da cultura e da economia, contribuindo igualmente, para o esforço internacional, de possibilitar aos países africanos, uma capacidade de intervenção na gestão das crises que ocorram no continente africano (Gomes, 2010).

### **c. Síntese conclusiva**

O fenómeno crescente da pirataria, nas águas do Atlântico Sul, predominantemente próximo da costa ocidental africana, constitui uma terrível ameaça para a segurança da navegação, colocando em risco a sustentabilidade das principais rotas do comércio internacional naquela área. A este facto, não é estranho o Brasil, cuja estratégia atual, passa por dotar a sua Marinha com uma dimensão e perfil de águas profundas, com meios e



capacidades que garantam mobilidade, presença e o controlo de vastos espaços marítimos, possibilitando a salvaguarda dos recursos marinhos que possui nas suas águas e na respetiva plataforma continental e, dentro do possível, proteger as rotas comerciais marítimas no espaço atlântico, assumindo-se, desta forma, como a grande potência regional do Atlântico Sul. Igualmente países como a África do Sul, Argentina, Angola e Nigéria, começam a despertar para a crescente importância geoestratégica do espaço correspondente ao Atlântico Sul.

Para Portugal, o Atlântico Sul, poderá representar um espaço vital para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, deve o país desenvolver estratégias de atuação, que conduzam a que a sua presença na região seja tida como natural, aos olhos da comunidade internacional e, simultaneamente, possibilitem a obtenção de benefícios a vários níveis, nomeadamente, beneficiando das rotas marítimas de comércio e dos vários recursos naturais existentes na região, destacando-se os energéticos, fornecendo uma importante alternativa aos fluxos de importação com origem no Médio Oriente e na Rússia.

Para alcançar os seus objetivos na região do Atlântico Sul, Portugal deverá adotar estratégias de intensificação das relações bilaterais e multilaterais, no que respeita à CTM, e da reforma dos setores da segurança e da defesa, no âmbito da CPLP. Ainda neste âmbito, e porque a CPLP corresponde a um pólo de atração para os restantes países da região, torna-se previsível, ser mais fácil o estabelecimento de laços com países não lusófonos, membros de organizações regionais sul-americanas e africanas, e relativamente aos quais, um eventual alargamento da CTM de Portugal, poderá beneficiar os Estados envolvidos, numa perspetiva bilateral, e possibilitar o acesso a recursos desejados.

A crescente importância do Brasil e de Angola, da qual não é possível dissociar, a vasta dimensão e riqueza das respetivas plataformas continentais, deve conduzir Portugal ao estabelecimento de parcerias estratégicas de segurança com estes países, de forma a desenvolver processos cooperativos conducentes à defesa de interesses comuns, principalmente, na salvaguarda das rotas marítimas, e na gestão de crises regionais. Também será de importância estratégica, o estabelecimento de acordos bilaterais de segurança e defesa, com Cabo Verde, com S. Tomé e Príncipe, e com outros atores Estatais que o justifiquem, com o objetivo de colaborar na proteção das suas águas territoriais.

Assim, e por forma a responder à PD3, importa referir o facto de que, a vertente militar de um país, constitui um instrumento fundamental de apoio à sua política externa,



sendo a sua utilização, na atualidade e fruto da globalização, cada vez mais direcionada para ambientes de segurança corporativa e multiestatal. Será através de uma política externa ativa de cooperação militar, que Portugal irá conseguir retirar benefícios dos estreitos laços da lusofonia, construídos ao longo de séculos, e que representam uma porta de acesso à região do Atlântico Sul, e mais concretamente aos recursos energéticos e aos mercados regionais ali existentes. A contribuição para a segurança do espaço marítimo do Atlântico Sul, seja através de acordos bilaterais, ou integrando uma estrutura de segurança multinacional, partilhada pelos Estados que ali desenvolvem a sua influência e defendem os seus interesses, que poderia inclusivamente, passar por uma concertação de esforços dos países lusófonos de ambos os Atlânticos (Norte e Sul), num projeto de segurança marítima mais alargado, revela-se de extrema importância para a projeção da influência de Portugal, facilitando de forma determinante a sua liberdade de ação e promovendo o seu relacionamento interestatal, naquela região do globo.



### Conclusões

Na investigação agora terminada, procurou-se efetuar uma recolha de informação que permitisse analisar a estratégia da política externa portuguesa, no espaço envolto pelo Atlântico Sul, para, de acordo com as estratégias delineadas pelo novo CEDN, identificar, nas dimensões política, militar e económica, as linhas de ação a adotar, conducentes ao aumento da influência de Portugal naquela zona do globo, por forma a retirar dividendos que concorram para o seu desenvolvimento.

O percurso metodológico adotado consistiu no enquadramento do tema a desenvolver, no âmbito do CEDN e dos interesses nacionais, na análise, em separado, da atuação, na última década, da política externa nacional, nas vertentes política, militar e económica e, por fim, na verificação de potenciais oportunidades que contribuam para o reforço do prestígio internacional de Portugal e para o seu desenvolvimento na região do Atlântico Sul.

Do estudo efetuado, torna-se evidente que a localização geoestratégica de Portugal, nomeadamente a sua centralidade atlântica, tem obrigatoriamente de ser valorizada, uma vez que proporciona oportunidades únicas ao nível das RI e da expansão e desenvolvimento da nação. A inevitável emergência do espaço sul do Atlântico, como importante fonte, à escala global, de recursos energéticos e de inúmeras rotas de comércio marítimo, terá de ser acompanhada por uma estratégia assertiva, por parte da política externa portuguesa, a qual deverá ter em consideração as seguintes linhas de ação:

- Acompanhar o desenvolvimento acentuado do Brasil e o seu percurso de afirmação como a maior e mais importante potência regional do Atlântico Sul. Portugal dever-se-á tornar o parceiro preferencial do Brasil, estabelecendo protocolos diplomáticos, acordos comerciais e participando bilateralmente em ações de segurança e preservação dos espaços marítimos da região. Apoiar fortemente a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente, representando, não só a América Latina, ou apenas a América do Sul, como também a CPLP. Aprofundar com o Brasil a cooperação quanto à exploração dos recursos marítimos. Uma aproximação ao Brasil, utilizando o “instrumento” Forças Armadas, através da realização de exercícios e missões conjuntas, poderá ser a estratégia indicada para que a presença portuguesa no Atlântico Sul seja considerada normal aos olhos da comunidade



internacional;

- Desenvolver uma política externa ativa, diversificando os seus mercados de colocação de produtos e de captação de investimento, e potenciando a cooperação bilateral e multilateral, preferencialmente com os países lusófonos, mas também com todos os outros que possam contribuir, numa ótica de reciprocidade, para o desenvolvimento do país;
- Assumir a sua centralidade atlântica e desenvolver mecanismos internos e políticas externas, que transformem o território nacional numa importante plataforma para o comércio internacional, como ponto estratégico de passagem das principais rotas comerciais com destino à Europa e aos mercados mediterrânicos;
- Estabelecer protocolos e relações comerciais com os países possuidores de vastos recursos energéticos, garantindo uma maior autonomia na gestão do seu sistema de fornecimento energético;
- Participar ativamente em projetos de cooperação, bilateral ou multilateral, de segurança dos espaços marítimos e proteção dos seus recursos;
- Assumir um importante e ativo papel de elo de ligação entre espaços geopolíticos, beneficiando do facto de pertencer a importantes organizações mundiais (UE, NATO, CPLP, entre outras), dinamizando as relações entre os seus Estados membros;
- Desenvolver projetos, no âmbito da CTM, de desenvolvimento de capacidades da componente militar naval, nos países deficitários nessa área, possibilitando-lhes o controlo e policiamento das suas águas territoriais;
- Desenvolver parcerias e projetos em áreas científicas relacionadas com o conhecimento e a tecnologia do mar, como por exemplo, a delimitação e alargamento da plataforma continental dos países ribeirinhos, sendo esta considerada uma área de excelência nacional, perfeitamente dominada pela comunidade científica portuguesa.

Por tudo o que foi exposto, e por forma a responder à questão central, “Em que medida o Atlântico Sul é importante para Portugal?”, torna-se possível concluir que o Atlântico Sul apresenta inúmeras potencialidades para se afirmar como um espaço geoestratégico para o desenvolvimento de Portugal e afirmação na Comunidade



Internacional, considerando que este é o seu espaço de excelência de atuação, sobre o qual consegue projetar facilmente a sua influência, por ali não se debater com qualquer fronteira para lá do horizonte marítimo. O Atlântico Sul é caracterizado por uma vincada presença lusófona que oferece uma excelente base de sustentação para as ações da política externa diplomática nacional, que deverá, por um lado, manter e reforçar as sinergias com os países da CPLP na região, e por outro, estabelecer alianças, protocolos e relações privilegiadas com outros parceiros Estatais. Do Atlântico Sul emergem oportunidades de natureza comercial, relativamente às quais, Portugal, face à sua privilegiada localização geográfica, poder-se-á tornar numa zona nevrálgica das rotas comerciais e energéticas com destino à Europa e Mediterrâneo. Foi igualmente verificada, face à emergência da importância geoestratégica daquele espaço oceânico, a inevitabilidade de ser estabelecido um sistema de segurança multilateral, ou vários sistemas de segurança bilaterais regionais, nos quais Portugal, como país historicamente promotor da paz e da segurança internacional, poderá ter um papel participativo ativo, retirando importantes benefícios desta linha de atuação.



## Bibliografia

Agência AngolaPress, 2013. *ANGOP - Agência AngolaPress*. [Online] Available at: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/africa/2013/0/2/apoia-paises-Golfo-Guine-luta-contr-pirataria,bec7afca-88fa-42d1-9a5e-255ec446c197.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2013/0/2/apoia-paises-Golfo-Guine-luta-contr-pirataria,bec7afca-88fa-42d1-9a5e-255ec446c197.html) [Accessed 20 Abril 2013].

AICEP, Portugal Global, 2013. *Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal*. [Online] AICEP, Portugal Global Available at: <http://portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=6835394f-bffe-454c-8762-3dbc18be676b> [Accessed 25 Março 2013].

Almeida, J.M.d., 2010. *Scielo Portugal*. [Online] Available at: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400006&lng=pt&nrm=iso) [Accessed 23 Novembro 2012].

Barbosa, A.D.P.e.L.C.P., 2012. *O ATLÂNTICO SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA*. [Online] Available at: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1836/113> [Accessed 2 Abril 2013].

Berbém, A.N., 1991/1992/1993. *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*. Lisboa: Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas.

CEDN - Resolução do Conselho de Ministros - I SÉRIE-B - Nº 16 - 20 de Janeiro, 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Online] Available at: <http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/016B00/02790287.pdf> [Accessed 10 Janeiro 2013].

Correia, P.P., 1998. *Portugal e o Atlântico Sul*. [Online] Available at: [http://www.janusonline.pt/1998fa/1998fa\\_3\\_9.html](http://www.janusonline.pt/1998fa/1998fa_3_9.html) [Accessed 23 Novembro 2012].

Couto, A.C., 1988. *ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA - VOL. I*. LISBOA: IAEM.

Cravinho, J.G., 2012. *JANUS 2011 - 2012*. [Online] Available at: [http://janusonline.pt/popups2011\\_2012/2011\\_2012\\_3\\_3\\_12.pdf](http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_3_12.pdf) [Accessed 12 Março 2013].

Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 164 — 26 de Agosto de 2008, 2008. *Acordo sobre transporte aéreo entre a República Portuguesa e República da Argentina*.



Direcção - Geral da Cooperação Internacional, n.d. *Cooperação Governamental*. [Online] Available at: <http://www.mirex.gov.cv/index.php/coop-internacional/coop-governamental> [Accessed 25 Março 2013].

Estadão.com.br, 2010. *POLÍTICA-Jobim faz duras críticas aos Estados Unidos*. [Online] Available at: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional/jobim-faz-duras-criticas-aos-estados-unidos,634260,0.htm> [Accessed 24 Dezembro 2012].

Galp Energia, 2013. *Galp Energia*. [Online] Available at: <http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/Presenca-no-mundo/Paginas/Presenca-no-Mundo.aspx> [Accessed 25 Março 2013].

Gomes, R., 2010. *JANUS 2010*. [Online] Available at: [http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_3\\_7.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_3_7.pdf) [Accessed 3 Abril 2013].

Gonzalez, R.M., 2013. *Defesa.net*. [Online] Available at: <http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/9456/GEOPOLITICA-DO-MAR--O-Papel-do-BRASIL-na-Protecao-do-Atlantico-Sul> [Accessed 2 Abril 2013].

Governo da República Portuguesa, 2013. *Postos Consulares*. [Online] Available at: <http://www.secomunidades.pt/web/guest/PostosConsulares> [Accessed 26 Março 2013].

Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Online] Available at: [http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405\\_cedn\\_publicacao\\_oficial.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf) [Accessed 6 Abril 2013].

Guedes, P.D.A.M., 2011. A Nova Geopolítica do Atlântico Sul. *Revista de Marinha*, Março-Abril. pp.20-24.

Instituto Camões, 2013a. *Instituto Camões*. [Online] Available at: <http://www.instituto-camoes.pt/angola/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/angola> [Accessed 8 Abril 2013].

Instituto Camões, 2013b. *Instituto Camões*. [Online] Available at: <http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde> [Accessed 8 Abril 2013].

Instituto Camões, 2013c. *Instituto Camões*. [Online] Available at: <http://www.instituto-camoes.pt/guine-bissau/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/guine-bissau> [Accessed 8 Abril 2013].





Instituto Camões, 2013d. *Instituto Camões*. [Online] Available at: <http://www.instituto-camoes.pt/sao-tome-e-principe/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/sao-tome-e-principe> [Accessed 8 Abril 2013].

Instituto Camões, 2013. *Instituto Camões*. [Online] Available at: <http://www.instituto-camoes.pt/outros-paises/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/outros-paises> [Accessed 8 Abril 2013].

Instituto de Defesa Nacional, 2011. *IDN - Cadernos - As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades*. [Online] Available at: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1351&cod=12> [Accessed 25 Março 2013].

Instituto de Defesa Nacional, 2013. *A Defesa Nacional no Contexto da Reforma das Funções de Soberania do Estado (25 janeiro 2013)*. [Online] Available at: [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/13032013x2\\_estudo.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/13032013x2_estudo.pdf) [Accessed 24 Março 2013].

Instituto Nacional de Estatística, 2012. *Publicações: Anuário Estatístico de Portugal - 2011*. [Online] Instituto Nacional de Estatística, IP Available at: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=134725522&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=134725522&PUBLICACOESmodo=2) [Accessed 25 Março 2013].

IPAD, 2010a. *Instituto Camões, IP*. [Online] Available at: [http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/desenv\\_capacidades\\_linhorientacao.pdf](http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/desenv_capacidades_linhorientacao.pdf) [Accessed 8 Abril 2013].

IPAD, 2010. *Desenvolvimento de capacidades - Linhas de orientação para a Cooperação Portuguesa*. [Online] IPAD Available at: [http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/desenv\\_capacidades\\_linhorientacao.pdf](http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/desenv_capacidades_linhorientacao.pdf) [Accessed 8 Abril 2013].

IPAD, 2011a. *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*. [Online] Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento Available at: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000048001-000049000/000048166.pdf> [Accessed 15 Fevereiro 2013].



IPAD, 2011. *Planos e Relatórios de Atividades*. [Online] Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. Available at: [http://www.instituto-camoes.pt/phocadownload/planos\\_relatorios/relatorio\\_ipad\\_11.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/phocadownload/planos_relatorios/relatorio_ipad_11.pdf) [Accessed 3 Abril 2013].

IPAD, 2013. *IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IP*. [Online] Available at: [http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=221&Itemid=253](http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=221&Itemid=253) [Accessed 5 Abril 2013].

IPAD, n.d. *ESTRATÉGIA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL*. [Online] IPAD Available at: [http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/estrategia\\_multilateral.pdf](http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/cooperacao/estrategia_multilateral.pdf) [Accessed 8 Abril 2013].

Leal, A.C.P.M., 2007. *Publicação da Responsabilidade do Instituto Diplomático do Ministérios dos Negócios Estrangeiros*. [Online] Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Available at: [http://idi.mne.pt/images/rev\\_ne/2007\\_07\\_n\\_11\\_1.pdf](http://idi.mne.pt/images/rev_ne/2007_07_n_11_1.pdf) [Accessed 25 Março 2013].

Lourenço, A.J.P., 2011. Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP. In V. V., ed. *O MAR NO ESPAÇO DA CPLP*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. pp.29-40.

Martins, M.-G.F., 2002. *Acerca de uma Leitura Geopolítica das Relações entre Portugal e o Atlântico*. [Online] Available at: [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1306/1/NeD102\\_FrancoisMartins.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1306/1/NeD102_FrancoisMartins.pdf) [Accessed 26 Março 2013].

Matias, A.N.G.V., 2009. *Reflexões sobre o mar - Cadernos Navais - Nº 19 - Abril/Junho - 2009*. [Online] Edições Culturais da Marinha Available at: <http://www.marinha.pt/PT/noticiaseagenda/informacaoReferencia/cadernosnavais/cadnav/Documents/CadernosNavais29.pdf> [Accessed 27 Março 2013].

Matos, J.B.d., 2010. *Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais*. [Online] Available at: <http://www.cepen.org/2010/02/a-importancia-do-atlantico-sul> [Accessed 23 Novembro 2012].



Ministério da Defesa Nacional, 2010. *Anuários Estatísticos da Defesa Nacional*. [Online] Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional Available at: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/20120227-anuarios-estatisticos/20120227-anuarios-estatisticos.aspx> [Accessed 24 Março 2013].

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, 2013. *Sistema de Atos Internacionais*. [Online] Available at: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b\\_18/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_18/at_download/arquivo) [Accessed 25 Março 2013].

Nogueira, J.M.F., n.d. *O Método Geopolítico Alargado - Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.

Oliveira, L.K.d., 2009. *Segurança Energética no Atlântico Sul: Análise Comparada dos Conflitos e Disputas em Zonas Petrolíferas na América do Sul e África*. [Online] Available at: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1785&Itemid=229](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1785&Itemid=229) [Accessed 30 Março 2013].

Patriota, A.d.A., 2013. *Ministério das Relações Exteriores*. [Online] Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de> [Accessed 5 Abril 2013].

Rodrigues, J.N., 2002. *Janela na web*. [Online] Available at: <http://www.janelanaweb.com/crise/corrida.html> [Accessed 23 Novembro 2012].

Rodrigues, A.R., 2012. *JDRI - Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. [Online] Available at: [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20009%20221112%20Portugal%20e%20o%20espa%C3%A7o%20estrat%C3%A9gico%20de%20interesse.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20009%20221112%20Portugal%20e%20o%20espa%C3%A7o%20estrat%C3%A9gico%20de%20interesse.pdf) [Accessed 27 Março 2013].

Rodrigues, A.R., 2013. *JDRI - Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. [Online] Available at: [http://database.jornaldefesa.pt/forcas\\_armadas/marinhas/JDRI%20030%20200213%20poder%20naval%20no%20atlantico.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/forcas_armadas/marinhas/JDRI%20030%20200213%20poder%20naval%20no%20atlantico.pdf) [Accessed 2 Abril 2013].



Santos, J.A.L.d., 2011. Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul. In V. V., ed. *O MAR NO ESPAÇO DA CPLP*. IISBOA: Instituto da Defesa Nacional. pp.19-27.

Santos, J.A.L.d., 2012. *Portugal no centro do mundo*. [Online] Available at: [http://janusonline.pt/popups2011\\_2012/2011\\_2012\\_3\\_3\\_18.pdf](http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_3_18.pdf) [Accessed 27 Março 2013].

Santos, C.M.d., 2013. *A Importância do Oceano Atlântico*. [Online] NEHSC - Núcleo de Estudos de História Social da Cidade Available at: [http://www.nehscfortaleza.com/relacoes\\_internacionais\\_arquivos/ri\\_037.htm](http://www.nehscfortaleza.com/relacoes_internacionais_arquivos/ri_037.htm) [Accessed 29 Março 2013].

Seabra, C.B.e.R., 2011. *Revista Mural Internacional*. [Online] UERJ - Universidade do estado do Rio de Janeiro Available at: [http://www.ppgri.uerj.br/pdf/Mural\\_internacional3.pdf](http://www.ppgri.uerj.br/pdf/Mural_internacional3.pdf) [Accessed 26 Dezembro 2012].

Silva, J.C.d.V.F.d., 2011. *A Plataforma Continental Portuguesa*. Lisboa.

Silva, A.C.e., 2012. *Portugal: país-arquipélago: contributo para a definição de um conceito estratégico*. [Online] Available at: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n35/n35a09.pdf> [Accessed 2 Abril 2013].

Silva, M.N., 2013. *JDRI - Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. [Online] Available at: [http://database.jornaldefesa.pt/politicas\\_de\\_defesa/portugal/JDRI%20028%20110213%20golfo%20da%20guine.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20028%20110213%20golfo%20da%20guine.pdf) [Accessed 28 Março 2013].

Van-Dúnem, B., 2011. *Relações Internacionais - Política e Diplomacia Intra-Africanas em Debate*. [Online] Available at: <http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2011/01/angola-e-o-futuro-da-regiao-do.html> [Accessed 25 Março 2013].

Veiga, A., 2013. *Téla Nón*. [Online] Available at: <http://www.telanon.info/politica/2013/04/16/12945/pirataria-no-golfo-da-guine-cresce-junto-com-contrabando-de-combustiveis/> [Accessed 20 Abril 2013].



## **ANEXO A – Postos consulares portugueses nos países do Atlântico Sul**

ÁFRICA DO SUL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consulado Geral de Portugal na Cidade do Cabo</li><li>• Consulado Geral de Portugal em Joanesburgo</li><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Pretória</li></ul>
ANGOLA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consulado Geral de Portugal em Benguela</li><li>• Consulado Geral de Portugal em Luanda</li></ul>
ARGENTINA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Buenos Aires</li></ul>
BRASIL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consulado de Portugal em Belém do Pará</li><li>• Consulado de Portugal em Belo Horizonte</li><li>• Consulado de Portugal em Curitiba</li><li>• Consulado de Portugal em Porto Alegre</li><li>• Consulado de Portugal em Salvador da Baía</li><li>• Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro</li><li>• Consulado Geral de Portugal em São Paulo</li><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Brasília</li><li>• Vice-Consulado de Portugal em Recife</li><li>• Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza</li></ul>
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Praia</li></ul>
Guiné Bissau	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bissau</li></ul>
Namíbia	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Windhoek</li></ul>
Nigéria	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Abuja</li></ul>
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em São Tomé</li></ul>
Senegal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Dakar</li></ul>
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Consular da Embaixada de Portugal em Montevideu</li></ul>

FONTE: Portal das Comunidades Portuguesas



**ANEXO B - Aspetos chave e elementos em que assenta o desenvolvimento de capacidades, na cooperação portuguesa**

<b>Nível de capacidade</b>	<b>Aspetos-chave a desenvolver</b>	<b>Condições de base</b>	<b>Modalidade de intervenção da cooperação portuguesa</b>
<b><u>Individual</u></b>	<p>Criação de conhecimento, de competências técnicas e de autonomia.</p> <p>Vontade e capacidade de estabelecer objetivos e alcançá-los com os seus próprios conhecimentos e competências</p>	<p>Educação de base</p> <p>Formação/experiência profissional</p> <p>Condições de Saúde</p> <p>Segurança</p> <p>Vontade/determinação</p>	<p>Bolsas de estudo (incluindo bolsas internas) e de formação profissional certificadas</p> <p>Apoio na formulação de sistemas de ensino</p> <p>Apoio na elaboração de manuais escolares</p> <p>Apoio à modernização curricular de forma a adequar a formação aos parâmetros internacionais que permitam o seu reconhecimento</p> <p>Orientação/Tutoria em programas de especialização e de formação pós-graduada</p> <p>Criação de Gabinetes de Apoio ao estudante, ao nível do ensino superior, como medida de orientação e acompanhamento</p> <p>Formação de curta duração</p> <p>Intercâmbios e missões para partilha de conhecimento</p> <p>Apoio à investigação em saúde</p> <p>Apoio à consolidação do ensino superior</p>
<b>Organizacional</b>	<p>Os processos de tomada de decisão e sistemas de gestão, na cultura organizacional</p> <p>Identificação/definição das áreas a melhorar/modernizar</p> <p>Identificação das reformas a Implementar</p> <p>Mobilização dos funcionários</p>	<p>Bens humanos (capacidade dos indivíduos que fazem parte das organizações)</p> <p>Bens físicos e de capital (equipamentos, materiais, etc.)</p> <p>Bens intelectuais (estratégia organizacional, sistema de gestão, manuais, informação estatística, produção de</p>	<p>Formação on-job, a partir da experiência diária de trabalho e do mandato do posto em questão, bem como do enquadramento legal e institucional concreto</p> <p>Suplementos salariais</p> <p>Apoio à elaboração de manuais de procedimentos</p> <p>Assessorias técnicas de curta duração para áreas específicas e com objetivos claramente definidos</p> <p>Apoio à produção de informação estatística</p>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

	<p>adequados a capacitar</p> <p>Assumpção de estratégias de implementação das medidas preconizadas/dos novos procedimentos</p> <p>Criação de modelos de gestão de carreiras</p>	<p>tecnologia, inquéritos e relatórios, etc.)</p> <p>Organigramas claramente definidos e apropriados (humanos, intelectuais, físicos), métodos de gestão, etc.</p> <p>Liderança</p>	<p>Apoio pontual em equipamentos</p>
<b>Institucional / societal</b>	<p>O ambiente e as condições necessárias para que as capacidades individuais e organizacionais sejam aplicadas e o processo de tomada de decisão e enquadramentos necessários à formação/implementação de políticas e estratégias</p>	<p>Capacidades dos indivíduos ou organizações que fazem parte da sociedade</p> <p>Quadro legal adequado</p> <p>Perceção da interação com as normas e costumes tradicionais</p> <p>Instituições em áreas de soberania preparadas/enquadradas</p> <p>Quadro de desenvolvimento da AP estabelecido</p> <p>Instituições formais (policias, legislação, regras, etc.)</p> <p>Instituições informais (normas, costumes)</p> <p>Capital social, infra-estruturas sociais</p>	<p>Apoio aos processos democráticos</p> <p>Apoio à elaboração de legislação</p> <p>Apoio ao sistema judicial e de segurança</p> <p>Apoio às instituições formais</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de sistemas eficazes de informação pelo Estado</p>

FONTE: IPAD (2010a, p.17)



**ANEXO C - Comércio internacional de mercadorias por países de destino ou origem,**

**2011**

Unidade: milhares de  
euros

	Portugal	
	Exportações	Importações
<b>Comércio intracomunitário UE27</b>	<b>31 910 218</b>	<b>43 624 091</b>
Alemanha	5 811 182	7 332 379
Áustria	236 274	314 202
Bélgica	1 350 284	1 504 544
Bulgária	60 764	81 930
Chipre	34 545	4 282
Dinamarca	270 262	292 781
Eslováquia	88 378	115 158
Eslovénia	25 848	39 381
Espanha	10 679 694	19 116 719
Estónia	15 842	9 101
Finlândia	246 918	150 959
França	5 212 785	4 008 515
Grécia	150 108	125 041
Hungria	122 573	259 329
Irlanda	127 840	574 078
Itália	1 567 278	3 234 950
Letónia	13 184	3 224
Lituânia	23 136	59 941
Luxemburgo	61 038	62 106
Malta	24 498	19 271
Países Baixos	1 675 363	2 829 471
Polónia	404 035	402 157
Reino Unido	2 234 123	1 973 407
República Checa	284 756	362 251
Roménia	232 542	125 131
Suécia	443 283	623 728
<b>Comércio extracomunitário</b>	<b>10 959 933</b>	<b>15 618 809</b>
<b>Do qual:</b>		
<b>Países Africanos de Língua Portuguesa</b>	<b>2 913 046</b>	<b>1 229 985</b>
Angola	2 331 161	1 177 501
Cabo Verde	254 089	9 971
Guiné-Bissau	64 268	261
Moçambique	216 982	41 983
S. Tomé e Príncipe	46 546	270





## A importância do Atlântico Sul para Portugal

Unidade: milhares de  
euros

	Portugal	
	Exportações	Importações
<b>Países mais importantes no comércio externo de Portugal</b>		
Arábia Saudita	92 958	914 365
Argélia	358 329	776 204
<b>Brasil</b>	<b>583 114</b>	<b>1 461 903</b>
Cazaquistão	2 174	853 958
China	396 869	1 499 818
EUA	1 496 386	1 134 278
Índia	89 377	467 213
Japão	191 995	341 340
México	461 612	230 896
<b>Nigéria</b>	<b>76 110</b>	<b>1 528 659</b>
Rússia	139 594	562 810
Suíça	372 256	364 520
<b>Outros países importantes no comércio externo de Portugal</b>		
Abastecimento e provisões de bordo (Países Terceiros)	516 631	0
Canadá	204 948	219 498
Coreia, República	53 835	278 178
Marrocos	389 167	139 002
Noruega	90 098	417 264

FONTE: Instituto Nacional de Estatística, IP



**ANEXO D – Protocolos com entidades internacionais na região sul Atlântica**

<b><u>País</u></b>	<b><u>Instituição</u></b>	<b><u>Tipo de protocolo</u></b>	<b><u>Data</u></b>
Angola	Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores	Protocolo de Cooperação	15/09/2011
Argentina	Instituto do Serviço Exterior da Nação do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Protocolo de Cooperação	10/07/2008
Brasil	Instituto Rio Branco	Protocolo de Cooperação	08/03/2004
Cabo Verde	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Protocolo de Cooperação no âmbito do Convénio Geral de Cooperação assinado pelos dois ministérios em 1983	16/06/2008
Namíbia	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Protocolo de Cooperação	07/10/2010
República da Guiné	Ministério dos Assuntos Exteriores, Cooperação Internacional e da Francofonia	Protocolo de Cooperação	08/12/2010
Uruguai	Instituto Artigas del Servicio Exterior	Protocolo de Cooperação	17/10/2006

FONTE: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros



**ANEXO E - Importações de petróleo bruto no período entre 2000 e 2011**

**IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO  
(tonelada)**

País de Origem	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>ANGOLA</b>	<b>274.524</b>	<b>641.582</b>	<b>391.213</b>			<b>142.321</b>	<b>142.733</b>	<b>1.218.360</b>	<b>817.567</b>	<b>542.412</b>	<b>1.351.277</b>	<b>2.183.956</b>
ARÁBIA SAUDITA	1.953.750	1.965.321	1.822.416	1.693.666	1.535.355	1.150.311	1.386.194	1.100.279	1.258.594	1.161.434	1.108.028	1.525.247
ARGÉLIA		319.184	554.694		1.763.283	2.982.799	1.905.415	918.508	1.390.656	550.296	509.690	905.560
AZERBEIJÃO							243.489	164.933	84.302	84.484	527.180	382.308
<b>BRASIL</b>		<b>290.605</b>	<b>1.007.695</b>	<b>1.027.996</b>	<b>1.040.825</b>	<b>1.340.171</b>	<b>1.632.177</b>	<b>1.453.771</b>	<b>1.267.241</b>	<b>968.102</b>	<b>1.083.400</b>	<b>1.359.343</b>
<b>CAMARÕES</b>					<b>109.478</b>		<b>110.194</b>			<b>221.961</b>	<b>110.582</b>	<b>220.514</b>
CASAQUISTÃO					1.487.825	833.500	700.559	708.078	641.853	826.871	1.509.028	1.347.131
<b>CONGO</b>				<b>46.435</b>								
<b>COSTA DO MARFIM</b>					<b>22.980</b>							
DINAMARCA	338.127	84.505	85.718									
EGIPTO	406.444	292.129	68.402	924.302								
EMIRATOS ÁRABES UNIDOS						852.380						
<b>GABÃO</b>		<b>142.751</b>		<b>135.559</b>								
<b>GUINÉ EQUATORIAL</b>			<b>274.039</b>			<b>982.939</b>	<b>914.481</b>	<b>941.487</b>	<b>507.947</b>	<b>404.984</b>	<b>367.268</b>	<b>204.637</b>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

País de Origem	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IRÃO	1.681.593	468.880	777.518	258.314	478.104	352.148	781.401	772.223	599.091	583.669	179.591	
IRAQUE	807.788	272.982	361.517		416.045	964.489	823.487	680.347	804.913	536.699		
LÍBIA		79.353		1.740.954	1.250.458	700.357	974.378	1.795.869	1.548.187	896.022	1.543.656	
MÉXICO	941.875	943.532	817.719	668.339	668.789	1.076.958	669.780	536.352	134.871		282.023	290.689
<b>NIGÉRIA</b>	<b>3.277.158</b>	<b>3.637.276</b>	<b>2.578.942</b>	<b>2.988.212</b>	<b>2.145.942</b>	<b>1.288.462</b>	<b>1.171.526</b>	<b>1.455.817</b>	<b>2.363.651</b>	<b>2.220.819</b>	<b>1.636.189</b>	<b>1.210.583</b>
NORUEGA	868.179	798.826	518.191	639.670	531.867	246.517	380.200	504.109	397.119	917.758	490.753	289.359
REINO UNIDO	584.513	479.213	916.806	1.055.867	505.119	251.220	774.103	84.707			80.345	
RUSSIA	285.359	1.267.931	579.010	1.481.309	812.519		136.260				99.722	424.278
SÍRIA	78.313	81.343	159.176	72.592	194		79.756			80.305		
VENEZUELA		851.540	423.967				539.614		266.872	272.668	287.166	
	<b>11.497.623</b>	<b>12.616.953</b>	<b>11.337.023</b>	<b>12.733.215</b>	<b>12.768.783</b>	<b>13.164.572</b>	<b>13.365.747</b>	<b>12.334.840</b>	<b>12.082.863</b>	<b>10.268.484</b>	<b>11.165.897</b>	<b>10.343.605</b>

FONTE: Direção Geral de Energia e Geologia - Divisão de Planeamento e Estatística



## **ANEXO F - Importações de gás natural no período entre 2000 e 2011**

### **IMPORTAÇÕES DE GÁS NATURAL** **10<sup>3</sup>Nm<sup>3</sup>**

<b>País de Origem</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011p</b>
<b>Argélia</b>	1.892.909	2.151.674	2.555.711	2.351.970	2.252.307	2.617.721	2.009.591	1.393.429	1.930.923	1.893.336	1.846.043	1.814.369
<b>País não especificado</b>	67.349									201.644	358.940	417.294
<b>Emiratos Árabes Unidos</b>										78.117		
<b>Guiné Equatorial</b>	<b>78.305</b>											
<b>Nigéria</b>	<b>220.274</b>	<b>268.569</b>	<b>392.598</b>	<b>516.789</b>	<b>1.312.249</b>	<b>1.614.270</b>	<b>1.972.478</b>	<b>2.701.156</b>	<b>2.584.958</b>	<b>2.001.413</b>	<b>2.534.713</b>	<b>2.719.030</b>
<b>Trinidade e Tobago</b>										388.753	151.840	
	<b>2.180.531</b>	<b>2.420.243</b>	<b>2.948.309</b>	<b>2.868.759</b>	<b>3.564.556</b>	<b>4.231.991</b>	<b>3.982.070</b>	<b>4.094.585</b>	<b>4.515.881</b>	<b>4.641.567</b>	<b>4.891.536</b>	<b>4.950.693</b>
<b>PCi (MJ/Nm<sup>3</sup>)</b>	39,1	39,1	38,8	38,7	38,9	38,6	38,6	38,6	38,6	38,6	38,7	38,8
<b>PCs (MJ/Nm<sup>3</sup>)</b>	43,3	43,3	43,0	42,9	43,1	42,8	42,8	42,7	42,7	42,8	42,8	42,9

Nota: Os valores de 2011 são provisórios

FONTE: Direção Geral de Energia e Geologia - Divisão de Planeamento e Estatística



**ANEXO G - Projetos de Cooperação Técnico Militar com os Países Africanos de  
Língua Portuguesa do Atlântico Sul**

<b>PAÍS</b>	<b>PROJETOS</b>
Angola	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas</li><li>- Instituto Superior de Ensino Militar</li><li>- Academia Militar de Angola</li><li>- Brigada de Forças Especiais</li><li>- Centro de Instrução de Operações de Paz</li><li>- Escola de Administração Militar</li><li>- Direcção do Serviço de Saúde das Forças Armadas</li><li>- Marinha de Guerra Angolana</li><li>- Engenharia do Exército</li><li>- Escola Militar de Formação Aeronáutica</li><li>- Centro Psicotécnico da Força Aérea Angolana</li><li>- Formação em Portugal</li></ul>
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estrutura Superior das Forças Armadas</li><li>- Escola Militar</li><li>- Polícia Militar</li><li>- Guarda Costeira</li><li>- Unidade de Fuzileiros Navais</li><li>- Centro de Instrução Militar Conjunto</li><li>- Formação em Portugal</li></ul>



Guiné-Bissau	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas</li><li>- Marinha Nacional</li><li>- Centro de Instrução Militar</li><li>- Comunicações Militares</li><li>- Engenharia Militar</li><li>- Serviço de Material</li><li>- Formação em Portugal</li></ul>
S. Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"><li>- Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas</li><li>- Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz</li><li>- Pelotão de Engenharia Militar de Construções</li><li>- Formação da Guarda Costeira</li><li>- Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação</li><li>- Assistência Hospitalar em Portugal</li></ul>

FONTE: Anuário estatístico da defesa nacional (2010)



**ANEXO H - Programas de cooperação/atividades com países do espaço do Atlântico Sul (excetuam-se os países da África subsariana)**

<b>PAÍS</b>	<b>ATIVIDADE</b>
Argentina	II Conversações Político-Estratégicas de Defesa Portugal-Argentina, em Lisboa.
Brasil	<p>Frequência de oficiais superiores no curso de Planeamento de Operações Psicológicas, no IESM.</p> <p>Embarque de um Oficial da Marinha portuguesa no navio de Assistência Hospital brasileiro “Carlos Chagas”, em Manaus, Brasil.</p> <p>Visita oficial do Ministro da Defesa do Brasil a Portugal, culminando na assinatura da Declaração de Intenções relativo ao programa da aeronave KC-390.</p> <p>Participação dos Ministros da Defesa de Portugal e do Brasil no encerramento do Seminário Internacional “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, no IDN.</p> <p>Participação de delegação da Força Aérea e Exército Brasileiros em intercâmbio e troca de experiências na área do Património Histórico-Cultural com a Marinha, Força Aérea e Exército Portugueses.</p> <p>Deslocação de uma delegação da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN, a Brasília, para troca de informação e experiências em assuntos atinentes aos domínios do pessoal e formação no Ministério da Defesa do Brasil.</p> <p>Participação de delegação do Instituto de Pesquisas Biomédicas do Hospital Naval Marcílio Dias da Marinha do Brasil em intercâmbio e troca de experiências na área da saúde militar com a Marinha, Força Aérea e Exército Portugueses.</p>
Mauritânia	Visita oficial de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional à Mauritânia; Assinatura do Acordo Bilateral no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia.
Uruguai	

FONTE: Anuário estatístico da defesa nacional (2010)





**APÊNDICE A – Links da “World Wide Web”, para consulta da legislação apresentada**

ASSUNTO	DOCUMENTO / LINK
CEDN	D.R. 1ª série, N.º 67 de 5 de abril de 2013
	<a href="http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf">http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf</a>
<b>África do Sul:</b> Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	D.R. 1ª série, N.º 183, de 22 de setembro de 2008
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2008/09/18300/0678106797.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2008/09/18300/0678106797.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo Geral de Cooperação	D.R. 1ª série, N.º 34, de 9 de fevereiro de 1979
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_agc.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_agc.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, N.º 298, de 28 de dezembro de 1979
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_ac.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo de Cooperação Económica	D.R. 1ª série, N.º 226, de 29 de setembro de 1988
	Pode ser consultado através do link: <a href="http://dre.pt/pdf1s/1988/09/22600/39843985.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1988/09/22600/39843985.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros	D.R. 1ª série, N.º 91, de 19 de abril de 1991
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_aceeicfq.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_aceeicfq.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria	D.R. 1ª série, N.º 23, de 28 de janeiro de 1992
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1992/01/023A00/06210623.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1992/01/023A00/06210623.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo de Cooperação nos Domínios Sociocultural, Científico e Tecnológico	D.R. 1ª série, N.º 60, de 12 de março de 1992
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_acscct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/angola_acscct.pdf</a>
<b>Angola:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	D.R. 1ª série, N.º 290, de 17 de dezembro de 1998
	Pode ser consultado através do link: <a href="http://dre.pt/pdf1s/1998/12/290A00/68636866.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1998/12/290A00/68636866.pdf</a>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

<b>Angola:</b> Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	D.R. 1ª série, Nº 239, de 14 de dezembro de 2006
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2006/12/23900/83818382.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2006/12/23900/83818382.pdf</a>
<b>Argentina:</b> Acordo de Cooperação Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 248, de 28 de outubro de 1981
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1981/10/24800/28502852.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1981/10/24800/28502852.pdf</a>
<b>Argentina:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 249, de 29 de outubro de 1981
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/argentina_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/argentina_ac.pdf</a>
<b>Argentina:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 182, de 8 de agosto de 1995
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1995/08/182A00/49644971.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1995/08/182A00/49644971.pdf</a>
<b>Argentina:</b> Acordo sobre Transporte Aéreo	D. R. 1.ª série, N.º 164, de 26 de Agosto de 2008
	<a href="http://www.inac.pt/SiteCollectionDocuments/RegulacaoEconomica/Acordos%20de%20Servi%C3%A7os%20A%C3%A9reos/Argentina.pdf">http://www.inac.pt/SiteCollectionDocuments/RegulacaoEconomica/Acordos%20de%20Servi%C3%A7os%20A%C3%A9reos/Argentina.pdf</a>
<b>Argentina:</b> Acordo de Cooperação Turística	D.R. 1ª série, Nº 160, de 20 de agosto de 2012
	<a href="http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/16000/0458304586.pdf">http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/16000/0458304586.pdf</a>
<b>Benim:</b> Acordo Cultural e Científico	D.R. 1ª série, Nº 81, de 8 de abril de 1985
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/benim_acc.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/benim_acc.pdf</a>
<b>Benim:</b> Acordo de Cooperação Económica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 239, de 17 de outubro de 1985
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1985/10/23900/34193421.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1985/10/23900/34193421.pdf</a>
<b>Benim:</b> Acordo Quadro de Cooperação	D.R. 1ª série, Nº 31, de 6 de fevereiro de 2001
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2001/02/031A00/06010603.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2001/02/031A00/06010603.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial	D.R. 1ª série, Nº 79, de 4 de abril de 1981
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1981/04/07900/08550856.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1981/04/07900/08550856.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo Quadro de Cooperação	D.R. 1ª série, Nº 102, de 3 de maio de 1993
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1993/05/102A00/22272230.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1993/05/102A00/22272230.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 184, de 10 de agosto de 1994
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1994/08/184A00/45584561.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1994/08/184A00/45584561.pdf</a>



<b>Brasil:</b> Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta	D.R. 1ª série, Nº 287, de 14 de dezembro de 2000
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/brasil_tacc.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/brasil_tacc.pdf</a> <a href="http://dre.pt/pdfs/2000/12/287A00/71727187.pdf">http://dre.pt/pdfs/2000/12/287A00/71727187.pdf</a>
Retificação do artigo 9º	<a href="http://dre.pt/pdfs/2002/12/302A00/81888188.pdf">http://dre.pt/pdfs/2002/12/302A00/81888188.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Protocolo Anexo	D.R. 1ª série, Nº 98, de 27 de abril de 2001
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2001/04/098A00/24042413.pdf">http://dre.pt/pdfs/2001/04/098A00/24042413.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais	D.R. 1ª série, Nº 217, de 19 de setembro de 2003
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2003/09/217A00/60846086.pdf">http://dre.pt/pdfs/2003/09/217A00/60846086.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas	D.R. 1ª série, Nº 221, de 24 de setembro de 2003
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2003/09/221A00/61846186.pdf">http://dre.pt/pdfs/2003/09/221A00/61846186.pdf</a>
<b>Brasil:</b> Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	D.R. 1ª série, Nº 122, de 27 de junho de 2006
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2006/06/122A00/45364538.pdf">http://dre.pt/pdfs/2006/06/122A00/45364538.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo Geral de Cooperação e Amizade	D.R. 1ª série, Nº 22, de 27 de janeiro de 1976
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_agca.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_agca.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo de Cooperação Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 32, de 7 de fevereiro de 1976
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_cct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_cct.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional	D.R. 1ª série, Nº 51, de 2 de março de 1977
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_acefp.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_acefp.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 85, de 12 de abril de 1977
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_ac.pdf</a>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

<b>Cabo Verde:</b> Protocolo Adicional ao Acordo Cultural	D.R. 1ª série, N° 125, de 31 de maio de 1979
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_dec44_79.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_dec44_79.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos	D.R. 1ª série, N° 96, de 26 de abril de 1991
	<a href="http://dre.pt/pdfs/1991/04/096A00/23442348.pdf">http://dre.pt/pdfs/1991/04/096A00/23442348.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia	D.R. 1ª série, N° 138, de 19 de junho de 1991
	<a href="http://dre.pt/pdfs/1991/06/138A00/31763178.pdf">http://dre.pt/pdfs/1991/06/138A00/31763178.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Protocolo de Cooperação Económico- Empresarial	D.R. 1ª série, N° 285, de 7 de dezembro de 1993
	<a href="http://dre.pt/pdfs/1993/12/285A00/67976798.pdf">http://dre.pt/pdfs/1993/12/285A00/67976798.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Protocolo Adicional ao Acordo Cultural no Domínio das Novas Tecnologias de Informação	D.R. 1ª série, N° 226, de 30 de setembro de 1997
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_paacnti.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_paacnti.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Protocolo Adicional ao Acordo Cultural na Área do Património Arquitetónico e Recuperação do Património Histórico	D.R. 1ª série, N° 228, de 2 de outubro de 1997
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_paacparph.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/caboverde_paacparph.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal	D.R. 1ª série, N° 159, de 12 de julho de 2000
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2000/07/159A00/31153124.pdf">http://dre.pt/pdfs/2000/07/159A00/31153124.pdf</a>
<b>Cabo Verde:</b> Tratado de Amizade e Cooperação	D.R. 1ª série, N° 58, de 21 de março de 2012
	<a href="http://dre.pt/pdfs/2012/03/05800/0131101314.pdf">http://dre.pt/pdfs/2012/03/05800/0131101314.pdf</a>
<b>Congo:</b> Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica	D.R. 1ª série, N° 277, de 29 de novembro de 1984
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/congo_accct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/congo_accct.pdf</a>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

<b>Congo:</b> Acordo Geral de Cooperação	D.R. 1ª série, Nº 258, de 9 de novembro de 1989
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1989/11/25800/49134915.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1989/11/25800/49134915.pdf</a>
<b>Congo:</b> Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 82, de 7 de abril de 1990
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1990/04/08200/17371739.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1990/04/08200/17371739.pdf</a>
<b>Congo:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 245, de 21 de dezembro de 2010
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2010/12/24500/0581505827.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2010/12/24500/0581505827.pdf</a>
<b>Costa do Marfim:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 278, de 30 de novembro de 1984
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/costamarfim_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/costamarfim_ac.pdf</a>
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1984/11/27800/36693670.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1984/11/27800/36693670.pdf</a>
<b>Gabão:</b> Acordo Quadro de Cooperação	D.R. 1ª série, Nº 178, de 2 de agosto de 2001
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/gabao_aqc.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/gabao_aqc.pdf</a>
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2001/08/178A00/47004702.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2001/08/178A00/47004702.pdf</a>
<b>Gabão:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 73, de 27 de março de 2003
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2003/03/073A00/20062012.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2003/03/073A00/20062012.pdf</a>
<b>Gâmbia:</b> Acordo Geral de Cooperação Técnico-Económica	D.R. 1ª série, Nº 159, de 9 de julho de 1993
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1993/07/159A00/37873788.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1993/07/159A00/37873788.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Acordo Geral de Cooperação e Amizade	D.R. 1ª série, Nº 22, de 27 de janeiro de 1976
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_agca.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_agca.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Acordo de Cooperação Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 22, de 27 de janeiro de 1976
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_acct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_acct.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Protocolo Adicional n.º 2 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 183, de 8 de agosto de 1984
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_pa2acct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_pa2acct.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Protocolo Adicional n.º 3 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica	D.R. 1ª série, Nº 17, de 21 de janeiro de 1991
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_pa3acct.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_pa3acct.pdf</a>



<b>Guiné Bissau:</b> Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional	D.R. 1ª série, Nº 90, de 18 de abril de 1978
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_acefp.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_acefp.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 298, de 28 de dezembro de 1979
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_ac.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Protocolo Adicional ao Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 297, de 26 de dezembro de 1980
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_paac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/guinebissau_paac.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Protocolo de Cooperação na Área do Comércio e Turismo	D.R. 1ª série, Nº 145, 27 de junho de 1991
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1991/06/145A00/32663267.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1991/06/145A00/32663267.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 232, de 8 de outubro de 1992
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1992/10/232A00/46944698.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1992/10/232A00/46944698.pdf</a>
<b>Guiné Bissau:</b> Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal	D.R. 1ª série, Nº 146, de 30 de julho de 2009
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2009/07/14600/0489804906.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2009/07/14600/0489804906.pdf</a>
<b>Guiné Equatorial:</b> Acordo Geral de Cooperação	D.R. 1ª série, Nº 127, de 2 de junho de 1998
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1998/06/127A00/25262527.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1998/06/127A00/25262527.pdf</a>
<b>Mauritânia:</b> Acordo Quadro de Cooperação e Respetivo Protocolo Adicional	D.R. 1ª série, Nº 198, de 25 de agosto de 1999
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/mauritania_aqcc.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/mauritania_aqcc.pdf</a> <a href="http://dre.pt/pdf1s/1999/08/198A00/57215724.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1999/08/198A00/57215724.pdf</a>
<b>Nigéria:</b> Acordo de Cooperação Cultural e Educativa	D.R. 1ª série, Nº 113, de 17 de maio de 1991
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/nigeria_dec36_91.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/nigeria_dec36_91.pdf</a>
<b>Nigéria:</b> Acordo de Cooperação nas áreas da educação, ciência, tecnologia, ensino superior, cultura, juventude, desporto, comunicação social e turismo	D.R. 1ª série, Nº 42, de 2 de março de 2009
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/nigeria_ectescjdcst.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/nigeria_ectescjdcst.pdf</a>



## A importância do Atlântico Sul para Portugal

<b>S. Tomé e Príncipe:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 287, de 15 de dezembro de 1978
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/stome_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/stome_ac.pdf</a>
<b>S. Tomé e Príncipe:</b> Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria	D.R. 1ª série, Nº 151, de 3 de julho de 1992
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1992/07/151A00/31663168.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1992/07/151A00/31663168.pdf</a>
<b>S. Tomé e Príncipe:</b> Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	D.R. 1ª série, Nº 153, de 6 de julho de 1992
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1992/07/153A00/31963197.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1992/07/153A00/31963197.pdf</a>
<b>S. Tomé e Príncipe:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Mútua de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 164, de 18 de julho de 1997
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1997/07/164A00/36323635.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1997/07/164A00/36323635.pdf</a>
<b>Senegal:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 161, de 12 de julho de 1976
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/senegal_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/senegal_ac.pdf</a>
<b>Senegal:</b> Acordo em Matéria de Turismo	Decreto Nº 74/77, de 21 de maio de 1977
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1977/05/11800/11871189.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1977/05/11800/11871189.pdf</a>
<b>Senegal:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 101, de 25 de maio de 2001
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2011/05/10100/0291802929.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2011/05/10100/0291802929.pdf</a>
<b>Uruguai:</b> Acordo Cultural	D.R. 1ª série, Nº 195, de 20 de agosto de 1993
	<a href="http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/uruguai_ac.pdf">http://camoes.cloudapp.netdna-cdn.com/images/stories/acordos/uruguai_ac.pdf</a>
<b>Uruguai:</b> Acordo sobre a Promoção e a Proteção Mútua de Investimentos	D.R. 1ª série, Nº 300, de 30 de dezembro de 1997
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1997/12/300A00/68446850.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1997/12/300A00/68446850.pdf</a>
<b>Uruguai:</b> Acordo no Domínio do Turismo	D.R. 1ª série, Nº 272, de 24 de Novembro de 1998
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/1998/11/272A00/64556457.pdf">http://dre.pt/pdf1s/1998/11/272A00/64556457.pdf</a>
<b>Uruguai:</b> Acordo sobre Cooperação Económica	D.R. 1ª série, Nº 164, de 26 de agosto de 2008
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16400/0591405917.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16400/0591405917.pdf</a>
<b>Uruguai:</b> Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património	D.R. 1ª série, Nº 67, de 5 de Abril de 2011
	<a href="http://dre.pt/pdf1s/2011/04/06700/0199702024.pdf">http://dre.pt/pdf1s/2011/04/06700/0199702024.pdf</a>